



N
FRANKLIN DE OLIVEIRA

REVOLUÇÃO
E
CONTRA-REVOLUÇÃO
NO BRASIL

Segunda edição

UNICAMP
Biblioteca - IFCH

EDITÔRA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.
RIO DE JANEIRO

1985 M 26

desenho de capa:
EUGÉNIO HIRSCH

UNIDADE	Tech
N.º CHAMADA	320984
V.	EX 2.42
TOVHEO BE/	312923
PRC/C.	286794
C []	[X]
PREÇO	300,00
DATA	18/9/74
N.º CPD	

Exemplar Nº 0671

Direitos desta edição reservados à
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.
Rua 7 de Setembro, 97
RIO DE JANEIRO

*a memória de
João Francisco Lisboa
o primeiro escritor que,
no Brasil, defendeu
o Direito de Revolução
e à ardente terra em
que nascemos:
MARANHÃO*

1962

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

FRANKLIN DE OLIVEIRA

LEONEL DE MOURA BRIZOLA,

A

O Bravo Comandante da Resistência Gaúcha, que impediu a implantação de uma ditadura fascista no Brasil, lembra os dias que, para falar como o velho Tom Paine, são tempos que perturcam e revelam a alma dos homens. *These are the times that try men's souls.* Afetuosamente, o tranquilo companheiro,

ÍNDICE

<i>Quase um Prefácio</i>	15
<i>Direito de Revolução (Conceitos de João Francisco Lisboa, recolhidos ao longo das Obras, 4 vols. São Luís do Maranhão, 1864)</i>	19
<i>Deposição Consentida</i>	27
<i>Eles Também Fizeram uma Revolução</i>	73
<i>A Guerra Civil Oculta</i>	103

Revolução e Contra-Revolução
no Brasil

QUASE UM PREFÁCIO

EM UM FASCINANTE ENSAIO SÔBRE A IMAGINAÇÃO criadora, Charles Morgan diz que considera um dos mais altos momentos da emoção humana a cena em que, em *Crime e Castigo*, Raskolnikoff ajoelha-se aos pés de Sônia e, ao beijá-la, está reverenciando tôda a humanidade sofredora, prostrando, diante da dor humana.

Este livro foi escrito no mesmo estado de espírito. É um livro de amor, amor pelo Brasil, mas amor consciente que busca os caminhos da redenção — os caminhos que Sônia percorreu, da última degradação física e espiritual até atingir a excelsa inocência, a egrégia pureza. A redenção pelo amor consciente! Já se disse que, na vida dos povos, o grande milagre é também possível. Nesses casos, a forma de amor consciente, que redime tôdas as misérias, é a Revolução. *L'amour en action, voilà la révolution!*

¶ Nestes difíceis tempos em que vivemos só merecem o nome de revolução as Revoluções Sociais, porque são as únicas que instituem uma nova ordem, de limpida decência para a vida humana. Também nestes árduos tempos as revoluções são simultâneamente revoluções *internacionais* e revoluções *internacionais*. Quer dizer: ao mesmo tempo em que, como revoluções intranacio-

nais, buscam erradicar a pobreza, a miséria, o atraso, as doenças, a ignorância e o obscurantismo dentro de cada nação, buscam também, como revoluções internacionais, eliminar as desigualdades de riqueza e poder entre as nações. Para que o mundo seja realmente a morada, a mansão do Homem, é preciso que as diferenças de classe desapareçam não apenas dentro dos países, mas igualmente dentro da sociedade internacional, onde não mais se pode tolerar a coexistência de povos desenvolvidos e povos subdesenvolvidos. *Hoje as revoluções sociais são revoluções sociais*. Assim se comprehende porque o grande líder libertário de Costa do Ouro, que hoje se chama Gana, Kwame N'Krumah, disse em 1949: "A libertação de meu país será uma fonte de inspiração para todos os territórios coloniais africanos, quando lhes chegue o momento de lutar por sua liberdade". Também queremos que a libertação do Brasil do terror da miséria, das enfermidades e da ignorância sirva de alerta à busca de felicidade em que se envelopham todos os nossos irmãos da atormentada e inquieta América Latina.

Por isto, escrevi este livro.⁽¹⁾ Ao longo de minha vida de escritor tenho procurado seguir o conselho de Ortega, que nos induz à prática "da obra de caridade mais adequada ao nosso tempo: não publicar livros supérfluos". Creio, porém, que este não é um livro ocioso, embora admita, com tranquila humildade, que outros pudessem escrevê-lo com maior mestria. É um livro que contempla a realidade brasileira como um processo re-

volucionário, ao qual o autor, como tantos outros brasileiros, sente a necessidade imediata de ser comunicado um claro teor de consciência ideológica progressista, para que a Revolução Brasileira seja pouparada de desvios e distorções, e rápido chegue à sua generosa plenitude criadora.

Foram estas as únicas forças que levaram o autor a dedicar-se, com veemente paixão, àquilo que Vittorio Marrama, o grande mestre da Universidade de Siena, qualifica como "uma das mais intrépidas tarefas, qual a de publicar um livro".

F. de O.

Pôrto Alegre-Rio de Janeiro,
Novembro, 1961.

(1) O ensaio que deveria ser o terceiro capítulo deste livro, longo e minucioso capítulo de reconstituição histórica da Resistência Democrática do Rio Grande do Sul ao golpe fascista de 26 de agosto, capítulo que tinha o título de *Meninos, Eu Vi...*, foi deslocado do presente livro, para publicação autônoma.

DIREITO DE REVOLUÇÃO

(Conceitos de João Francisco Lisboa,
recolhidos ao longo das *Obras*, 4 vols.
São Luís do Maranhão, 1864).
No nosso país vê-se de um lado a
negação absoluta do direito revolu-
cionário...

... Comecemos pelos conservadores a todo transe. Esta gente arrepia-se ao só nome da revolução; e no seu santo furo, proscreve do mesmo lance a idéia como os homens que ousam propagá-la e defendê-la. Dêles há que sustentam as vantagens e a excelência de uma eterna imobilidade; e dêstes é que disse Lamartine que podiam ser cômodamente substituídos por simples mancos de pedra. Outros, persuadidos de que tal lei e constituição em vigor são a última expressão da sabedoria humana; — que todo governo é bom por si mesmo; — que não é possível enfim variar o modo de existência de uma sociedade, — tacham até de absurda a idéia de revolução, que vale tanto, dizem êles, como insurgir-se um povo contra si mesmo, ou atentar contra a sua própria existência, e procurar a salvação no abismo, pois a revolução é sempre e essencialmente perniciosa, filha da violência e da força brutal, contrária a toda idéia

do direito, e igualmente inimiga do repouso e da ven-
tura dos governantes como dos governados.

Para fazerem valer estas estranhas doutrinas, os
nossos publicistas e estadistas conservadores falsificam
a História...

...a revolução é um fato dominante em toda a
história da humanidade, é mais do que um fato cons-
tantemente reproduzido, é um direito fundado na jus-
tiça e na necessidade, e na própria natureza do homem,
que, amorosa do bem e do aperfeiçoamento, o leva a
aborecer, combater e vencer o mal, revelado sob os
acidentes da opressão e de um mau governo.

...Épocas há em que o Estado é tão mal dirigido,
e caminha tão evidentemente à perdição, que a idéia
de derrubar, mudar ou modificar o governo e as leis,
acode espontânea a todos os espíritos; e em outras o
mal, muito grave e profundo, torna até necessário e in-
dispensável revolher os íntimos fundamentos da socie-
dade.

... Revolução suave e pacífica, se as idéias e inte-
résses lentamente desenvolvidos, alcançam o término e
madureza, sem encontrar tropeços sérios; violenta, ine-
xorável e cruel, se a obstinação e cegueira da velha au-
toridade desafia a sua cólera, procurando opor-lhe uma
resistência tão desarrazada como impotente.

Assim, não é o acidente dos meios brandos ou vio-
lentos, quem pode justificar as revoluções; que a força
e legitimidade delas está toda na sua necessidade e
opportunidade, que vale tanto como dizer — na sua jus-
tiça. Por quanto, nesses casos, a força é um simples aci-
dente, a ocasião, não a causa eficiente e remota. Se um
trono se alví, se uma Constituição se rasga, e se um Es-
tado se transforma ao choque e pressão de uma só ba-
talha, sublevação ou levantamento popular, é porque as
causas gerais de longo tempo acumuladas, e operando

lentamente, chegam enfim ao seu término, fazem explo-
são, e completam a mudança.

... Por uma invencível cegueira, de que a História
nos oferece tantos exemplos, temiam muitos dos que a
escrevem, e sobretudo os que governam as sociedades,
em não ver nas revoluções o resultado de causas gerais,
e da exasperação de um povo todo inteiro.

... E sendo assim, senhores, o que prova o silêncio
das Constituições sobre um direito preexistente e ina-
lienável? Antes a sua consagração nos códigos é supér-
flua, absurda, é um verdadeiro contrá-senso, porque, a
sendo as revoluções modificações mais ou menos com-
pletas no modo de existência de um povo, e tendendo
o direito de insurreição a destruir as Constituições es-
critas, não pode de modo algum derivar delas. As insur-
reções tiram a sua força e o seu triunfo da sua legiti-
midade e oportunidade.

Deposição Consentida

*Escrevemos todas as variáveis de uma
fórmula imprimida, traduzindo o nosso
problema; mas não desvendamos todas
as incógnitas.*

EUCLIDES DA CUNHA

*Quando estudamos um acontecimento,
devemos examinar a sua essência e tratar
sua aparência apenas como um guia para
chegar ao umbral de sua essência.*

MAO TSE TUNG

O

UASQUER QUE TENHAM SIDO AS CAUSAS DA RESCÍNDA do Presidente Jânio Quadros, — depressão nervosa, colapso mental, explosão emocional, êrro de cálculo político, plano abortado de implantação de um consulado pessoal, crise de coragem, de bravura ou que outras hajam sido — não retiram da abdicação presidencial o caráter de um episódio a mais na história da Contra-Revolução brasileira.

A desistência de Jânio Quadros e a tentativa de impedir a posse de João Goulart são, a primeira, manifestação oblíqua da Contra-Revolução; a segunda, sua manifestação direta, já sem máscaras.

A renúncia, ao mesmo tempo em que frustrou a posição de Quadros, precipitou o golpe contra Goulart. Mas a reação veio ainda a operar num terceiro tempo. Tudo na atitude de Quadros é simultaneamente muito claro e muito difuso. E é possível que o presidente jamais venha a esclarecer o país sobre os móveis reais de seu gesto: razões e objetivos. Como figura carismática, é provável que Quadros mantenha a renúncia sob mistério, porque sabe que o mistério é um dos alimento de que se nutre o mito. E élé aspira ao mito. Calar, permanecer em silêncio, suspenso no fio das exégeses contraditórias, talvez seja a técnica que adote. pelo menos até o momento em que considere que a razão limpida mente clara seja mais favorável ao seu jôgo

do que a névoa, a bruma em que agora se protege. Nesse nevoeiro, espera crescer. Aguarda transmudar-se em mito, para atuar sobre o irracionalismo brasileiro.

Vai outra vez errar. Só são irracionais as massas sem nível ideológico. Não é hoje o caso brasileiro. Já ultrapassamos as fases sebastianistas. O país pede hoje ação consciente. Exige pensamento formulado com exata clareza e precisa substância. Não mais o vago e o difuso.

Nunca o Brasil reclamou tanto por lógica — não a formal, sim a que é a álgebra da Revolução, a qual, por isso mesmo, pela sua concisa objetividade, não é compatível com as formas mágicas de pensamento — a técnica de pensar das personalidades carismáticas. A Revolução é a objetividade — a desordem é que é a Contra-Revolução.

Mas o que importa ao Brasil de hoje não é uma especulação sobre os fatores incidentais, acidentais da renúncia. Importa a clara compreensão de que ela é expressão de uma crise profunda, episódio de um momento histórico em que o Brasil tem de decidir se fará parte de um mundo novo que nasce, e irá ajudá-lo a nascer, ou se servirá de mortalha ao velho mundo que agoniza. É um momento de decisão.

Como todos os períodos de decisão histórica são campos de pugna entre forças antagônicas, os que comandam a aparição dos novos tempos, ou simplesmente servam ao seu surgimento, não podem pensar senão objetivamente, pensar despojando o pensamento de todas as impurezas emocionais, limpando a reflexão de todos os laivos da paixão, lavando a mente de todos os detetos do personalismo.

É a hora, estas são as horas em que mais precisamos de genuína isenção. Volto a dizer: de pensamento extremo.

Se não formos capazes desta ação mental deter-

gente sobre os fatos, nos enredaremos em nossas próprias debilidades, e dos fatos não extrairemos as fórgas, as lições, as advertências e avisos de que carecemos para ajudarmos o nascimento do mundo novo. Discutir *pessoalmente* Quadros — eis a inobjetividade. E cair na teia da inconsequência. Pensá-lo *politicamente*, — eis o que pode ser fecundo, sobretudo para os que, empolgados pelo irredentismo brasileiro, atuam mais sob os impulsos passionais quando deviam ser comuzidos apenas por bem organizado ideário político e concepções de vida social arquitetonicamente estruturadas.

* * *

De tudo quanto se possa e deva dizer sobre e contra Quadros, seja em relação às suas origens direitistas ou à ambigüidade de seu comportamento político, — e por isso oscilou muito tempo entre a Contra-Revolução e a Revolução — é fundamental reconhecer que, com a sua política externa, o presidente sensibilizou profundamente a Nação.

O país não aceitou a sua política externa apenas como imposição da necessidade nacional de ampliarmos nossos mercados internacionais, portanto, como exigências do processo de desenvolvimento brasileiro. A nova política externa correspondia a esse objetivo, mas nela se inseria dupla motivação, ligada ao problema da nossa autodeterminação e ao problema da preservação da paz mundial.

A guerra nuclear não fecha os horizontes apenas aos povos subdesenvolvidos, — e dois terços da humanidade encontram-se nessa situação — no momento em que elas forçam a sua entrada na sociedade internacional, onde estão vindicando os direitos dos países espiolados, em nome da igualdade e da justiça econômica entre as Nações.

Além de entravar as revoluções nacionais e anticoloniais nos países dilapidados, a guerra não só bane a humanidade da face da terra, como nela extingue todas as fontes da vida.

A preservação da paz deixou de ser assim problema de alguns povos para ser o dramático problema dos destinos humanos, — da sorte e do futuro do homem.⁽¹⁾ Pela nossa posição na América Latina, e a nossa proximidade da África, isto é, no primeiro caso, pela nossa posição de *páis-ponte*, e, no segundo, de *não-trampolim*, o Brasil não poderia senão adotar uma política externa independente, sobretudo em face dos Estados Unidos, potência em cuja órbita move-se a América Latina.

Atuar assim era e é uma das formas de contribuirmos para, pelo menos, o abrandamento das tensões internacionais.

Mas não é apenas isso. Também outro dever moral impunha como impõe uma política independente. Os interesses dos povos recém-emancipados na Ásia e na África, a luta dos povos coloniais no Oriente Médio e no Sudeste da Ásia, como o próprio fato de todos elas se encontrarem em estágio econômico idêntico ao nosso, tôda essa convergência de fatos e forças obrigar-nos, como obriga-nos, a uma solidariedade atuante com êsses povos, solidariedade que é a manifestação da nossa inconformidade com o subdesenvolvimento e demais formas de esbulho econômico, ao mesmo tempo em que é a proclamação brasileira dos direitos à liberdade econômica a que aspiram os povos e nações espoliadas.

Esta política externa exprime a nossa repulsa ao colonialismo. Fixa a nossa posição de luta contra o imperialismo, luta que é condição de emancipaçāo real dos povos em busca de autodeterminação.

Liberdade só existe entre iguais — se as nações e os povos não são iguais entre si, não há como falar em mundo livre, ou sociedade justa.

O *neutralismo* brasileiro tem assim o sentido de uma política efetiva de reconhecimento da legitimidade da luta anticolonial de todos os povos dependentes, tanto no econômico quanto no político, como também possui o sentido de uma política real de proteção da espécie humana.

Eis porque a política externa do presidente Jânio Quadros⁽¹⁾, embora apenas ensaiada — e, apesar disso ou por isso mesmo, nela houve momentos de hesitação e recuo, — sensibilizou o Brasil, dilacerado entre o que nela havia de certo, correto e generoso e o que de errado, suspeito e odioso havia na política interna, sobre tudo a econômico-financeira, de nítida inspiração reacionária.

Gratás, porém, à galvanização provocada pela política externa, o país pôde compreender rapidamente a natureza reacionária do golpe, que tinha, na reversão da política internacional, um dos seus objetivos imediatos.

O Sr. Jânio Quadros assumiu a Presidência da República na crista de um movimento com tôdas as características de uma Revolução Branca.⁽²⁾

(1) Em artigo especial que escreveu para a revista norte-americana *Foreign Affairs*, o Sr. Jânio Quadros expôs com absoluta clareza a filosofia de sua política externa. O referido artigo foi publicado entre nós, pelo *Jornal do Brasil*, de 27 de setembro último.

(2) FRANKLIN DE OLIVEIRA, *Rio Grande do Sul: Um Novo Nordeste* (2.ª edição, Editôrâ Civilização Brasileira, S. A., Rio, 1961).

Chegou ao poder no dorso do irredentismo brasileiro. Mas só no poder foi fazer, e já tardamente, o apren-dizado dêsse irredentismo.

Personalidade contraditória, Quadros moveu-se por igual num contexto histórico altamente contraditório. Pela sua carência de formação ideológica, agravada pela instabilidade emocional, o Presidente da Repú-blica incorporou às contradições da sociedade brasileira as suas próprias contradições individuais.

Dessa intrincada trama de contradições serviu-se para galgar o poder. Do poder, por elas foi apeado. Jânio Quadros representa um singular caso de em-patia: as contradições da sociedade brasileira encontraram na sua personalidade o justo têmo de sua expre-são. Mas os líderes não existem para exprimir as con-tradições de seu meio, senão que para enfrentá-las e dominá-las.

No curso da campanha eleitoral, a interação entre o candidato e a sociedade manteve-se de forma impe-cável. Assumindo o poder, Quadros por largo tempo con-tinuou prisioneiro daquelas contradições, chegando mes-mo a dar a impressão de que as cultivava. À hora, po-rém, em que procurou superá-las, a reação o apanhou em suas malhas. Apanhou-o ainda naquilo que seria a sua última e fatal contradição: inclinar-se por uma po-lítica interna progressista, mantendo como suporte mi-litar de seu governo chefes militares reconhecidamente reacionários.

* Tentou a Revolução com bases na Contra-Revo-lução.
Está o tragou.

* * *

Mais do que nas eleições anteriores, nas eleições de 1960 o povo brasileiro rebelou-se contra as cúpulas par-tidárias.

A crise dos Partidos Nacionais atingiu em 1960 o seu ponto cidente. Ela vem desde o Segundo Império Quando, como sinal da confusão entre os partidos, "re-formas liberais são levadas a efeito por conservadores e reações conservadoras por liberais" (1).

N aquela época, entre um liberal e um saquarema, assim chamados os ultraconservadores, era impossível distinguir, disse certa vez o Visconde de Albuquerque. A observação mais tarde seria novamente feita por Mar-tinho Campos: "Hoje é que se pode dizer como o finado Visconde de Albuquerque (Hollandá Cavalcanti) — são duas coisas muito parecidas, um liberal e um conserva-dor — e podia mesmo acrescentar-se, um republicano: porque têm todos os mesmos ares de família..."

Prefiguindo, em 1885, a edição brasileira de um li-vro hoje totalmente esquecido, o livro do professor da Universidade de Munique, Franz Holtzendorff, *Príncípios de Política*, o arguto e fino Souza Bandeira (2), já observava: "A nossa história tem-nos revelado fatos ex-traordinários que denunciam o empirismo dos estadis-tas, a falta de orientação dos partidos. O partido liberal converteu-se em órgão das idéias conservadoras; o par-tido conservador tem adiantado as idéias liberais. Os

(1) VICENTE LICÍNIO CARDOSO, *A Margem da História*, Cia. Editória Nacional, São Paulo, 1938. "Os partidos políticos nunca representaram, nem representam, interesses coletivos, quer econômicos, quer de classes: os motivos de aglutinação dos indivíduos em partidos são apenas interesses pessoais em busca de satisfação ou de proteção", eis o que escreve Oliveira Viana em *O Idealismo da Constituição*, Cia. Editória Nacional, São Paulo, 1934. "Cooperativas de colocação ou de seguros contra a miséria", era como, já em 1883, nas páginas de *O Abolicionismo*, Nabuco definia os nossos partidos políticos.

(2) FRANZ VON HOLTZENDORFF, *Príncípios de Política*. Edição brasileira traduzida e prefaciada por Souza Bandeira, Publicada por Laemmert & Cia., Livreiros-Editores, Rio de Janeiro, 1885.

parlamentares vivem a repetir que não há diferença entre um liberal e um conservador, e já se tornou clássica, com acorde de ambos os partidos, a célebre frase do Visconde de Albuquerque. Os partidos políticos perderam a consciência de suas aspirações; seus programas são meras formalidades. Eles não passam de companhias de seguro, onde cada qual alista-se menos por convicção do que pela esperança de garantir seus interesses pessoais".

Neste ano, porém, de 1960, a velha crise atingira o clímax⁽¹⁾. Os partidos não só não dispunham mais do controle do eleitorado, como não encontravam sequer em seus quadros um nome que pudesse ser sufragado para a Presidência da República. Eram descompromissados os candidatos Henrique Teixeira Lott e Jânio Quadros. Nenhum indício mais incisivo do que esse sobre o estágio pré-revolucionário da política brasileira.⁽²⁾

A recomposição partidária decorria fundamentalmente da incapacidade de os Partidos realizarem a política ideológica reclamada pelo País. Contribuiria naturalmente para este fato, além do esclerosamento das elites partidárias, o próprio grau de indiferenciação so-

cial que caracteriza os grandes Partidos, que continuam cometendo contra o povo brasileiro aquele crime de estelionato político denunciado por Nabuco.

Em face de tal decomposição, a vitória eleitoral de Quadros, por cerca de seis milhões de votos, não poderia deixar de comunicar ao presidente eleito um timbre de poder político revolucionário, do qual só veio, infelizmente, a se dar conta nos seus últimos dias de governo, quando ensaiava assumir uma atitude correspondente ao rebelado pronunciamento das urnas.

Esse incremento de poder tenderia naturalmente a crescer, na medida em que o Congresso Nacional entraava em processo de desintegração, pela sua compriyada insensibilidade para os problemas sociais e, consequentemente, a incapacidade de encaminhar as reformas de base dependentes de sua iniciativa ou deliberação.

A delegação de vontade revolucionária outorgada pelo povo a Quadros levou a reação a ver golpismo latente no Presidente, quando outra coisa não deveria ver senão sua adequação à posição revolucionária, para a qual o voto livre o havia convocado. Mas essa confusão era bem calculada.

* * *

* A Revolução Brasileira, (1) tomada a palavra revolução como sinônimo de transformação operada no seio da sociedade, recebeu forte impulso a partir de 1930, data em que as oligarquias rurais e a burguesia kommer-

(1) ANGUS BASTOS, *Prestes e a Revolução Social*, Rio, 1956; Antônio França, *Modernismo Brasileiro*, Recife, 1948; CHARLES WAGLEY, *A Revolução Brasileira*, Cidade do Salvador, Bahia, s.d.; NELSON WERNBECK SODRÉ, *Introdução à Revolução Brasileira*, Cidade do Salvador, Bahia, s.d., 1958; ALFÉIO SAMPAIO, *Brasil, Síntese da Evolução Social*, Rio, 1961; PLÁNIO DE ABREU RAMOS, *Brasil, II de novembro*, Rio, 1960; GUERREIRO RAMOS, *A Crise do Poder no Brasil*, Rio, 1961.

cial principiaram a perder o controle do poder, no qual foram substituídas pela classe ascendente.

A partir dessa data, quando até então a questão social era considerada “um caso de polícia”, a economia do País começa a sofrer alterações que impulsionam o ritmo de urbanização, como efeito de um forte incremento comunicado à industrialização. Em consequência, a composição da sociedade começa a sofrer modificações, os interesses das classes e dos estratos sociais a se acentuarem no seu antagonismo, de onde entrarem em conflito mais pronunciado.⁽¹⁾ As contradições vão se fazendo mais inconciliáveis. A matéria social, tornando-se mais espessa.

A estrutura da sociedade brasileira é viciada por dois grandes anacronismos. Enquanto a burguesia rural é tipicamente feudal, a burguesia urbana é visceralmente mercantilista, pautando sua conduta nos moldes da política e da mentalidade econômicas dominantes no período que transcorre entre o fim da Idade Média e o início da Revolução Industrial, política e mentalidade que têm seu apogeu no século XVII. É uma burguesia que só atua amparada nos favores do Estado, como se estivéssemos na época de Colbert.

Contrastando com esse grosseiro anacronismo, os estratos superiores da classe média representam o que há de mais moderno no Brasil, razão pela qual foram os primeiros a disputar aos latifundiários a posse do poder político, enquanto o patriciado rural se ia transformando cada vez mais não só num entrave ao desenvolvimento das forças produtivas como do próprio progresso social. A classe média não é porém, homogênea. Se

dispõe de segmentos progressistas, tem estratos marcadamente conservadores, ou vagamente liberais; os estratos integrados por burocratas animados de anseio de ascensão social, mas ao mesmo tempo receosos de perder as tranquilas posições atingidas. Além do estamento burocrático, há outro segmento, constituído pelo noso white-collar, o cidadão que, apesar de proletarizado, não pertence à classe trabalhadora. Finalmente há a camada constituida de homens e mulheres egressos do campo, expelidos das regiões agrárias. Não chega esta última camada a constituir um proletariado urbano, no sentido clássico da expressão. Seus integrantes são cidadãos de segunda classe; vivem nas favelas, nas estruturas de cimento armado, nos cortiços, dormem, por vezes, nos próprios locais de emprêgo, o qual não é nem estável nem qualificado. Compõem o Lumpenproletariado brasileiro que contrapõe a nos meios urbanos, com o rebotalho dourado que Baran chama de burguesia.

O grande proletariado está concentrado sobretudo em São Paulo. É de formação recente. Ainda não é, do ponto de vista ideológico, quanto ao seu grau de consciência histórica, uma classe sedimentada. Contra esta cristalização operam os próprios fatôres de sua formação. Provém ela, em grande parte, do interior de São Paulo, portanto, de origens rurais. Outro grande estrato procede de outros Estados, de onde é expelido pela força da própria miséria dominante nessas regiões. Tangidos pelos desníveis de desenvolvimento entre o Nordeste-Nordeste e o Sudeste, descem êsses contingentes das regiões setentrionais: são os paus-de-arara. Mas a migração maior não se faz ainda do Norte e Nordeste. A maior percentagem vem de Minas Gerais — exatamente daquela parte de Minas por onde passa a fronteira, não geográfica, mas sociológica, que divide o Brasil em duas nações: a arcaica, a subir do norte de Mi-

(1) Para a boa inteligência da conceituação de classe e luta de classe, além de *O Capital*, de Marx, consultar: NIKOLAI BUKHARIN, *Historical Materialism: A System of Sociology*, New York, 1925.

de nossa história, sempre se mostrou operante, nunca conseguiu e não consegue assumir a direção da revolução democrática, pelo próprio fato de ser, do ponto de vista revolucionário, uma classe hesitante, contraditória e inconsequente.

Já em 1930 era assim, como tão agudamente observa Santa Rosa: "A ausência de uma consciência de classe entre os pequenos burgueses pôde permitir que o problema social que começava a surgir com desusada violência na vida nacional fosse transportado para o terreno político".⁽¹⁾

Se a partir de 1930 o poder político no Brasil passou a ser disputado pela classe média, a partir de 1951, quando se iniciou no País a grande industrialização, o poder político começou a ser empolgado pelas novas oligarquias econômicas e financeiras, que vieram na posse do Estado um meio de consecução de seus desígnios de poder econômico. São as oligarquiadas que, apesar de novas, ligam-se ao mercantilismo do século XVII, pelo seu estatismo privado. É o nosso *capitalismo burocrático*, para empregarmos a expressão de Mao Tse Tung.

Ao se iniciar a política de amparo e fomento à grande concentração capitalista, com a criação do BNDE, os capitães de indústria lançaram-se à luta pela hegemonia do poder político.

Apesar de jovem, o capitalismo brasileiro, considerado um dos mais cruéis do mundo, já dá provas de seu alto teor de concentração. Para uma idéia desta concentração de capitais e lucros: 1% das empresas que participava nos lucros totais com 65% em 1951 passou a participar com 68% em 1959. Esse índice revela que, além de ser desmedida a concentração, ela acusa tendência crescente. Das 66 empresas gigantescas, apenas

nas para a Bahia, o Nordeste, o Norte e a Amazônia; e a moderna, a partir do Sul de Minas, do Centro de Minas, e do Triângulo Mineiro, para São Paulo e a Guanabara.

Nordestinos e mineiros, procedendo das áreas de fome e miséria, quando chegam a São Paulo e incorporam-se ao proletariado urbano, já fizeram a sua *revolução particular*, fato que lhes retardou a formação de sua consciência de classe.

A presença de outro grande segmento constituído de empregados de pequenas empresas, sobretudo de imigrantes e de menores, atua também negativamente na formação da consciência histórica da mais compacta concentração proletária brasileira: a de São Paulo⁽¹⁾. Em franca oposição a estas categorias que, de uma forma ou de outra, compõem as classes assalariadas, temos o patriciado rural e as oligarquias industriais e financeiras.

A grande burguesia formou-se historicamente vinculada ao monopólio da terra e ao capital monopolista estrangeiro, do qual é associada. Eis porque ela é incapaz de fazer andar a revolução democrática brasileira, cujo problema básico é a libertação da economia nacional do capital imperialista.

Por outro lado, a pequena burguesia que, ao longo

(1) Sobre o assunto ver Moisés VInhas, *Contribuição para o estudo da Estrutura e Organização do Proletariado Paulista*, in *Revista Brasiliense*, n.º 36, julho-agosto, São Paulo, 1961. Consultar ainda na mesma revista, no mesmo número, Octavio Ianni, *Condições Constitucionais do Comportamento Operário*. Seria útil também a leitura de PAULO BONAVIDES, *Fatores Econômicos na Crise Político-Partidária, depois da Revolução de 1930*, in *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, n.º 6, junho, 1959; e Juarez Rubens Brandão Lopes, *Sistema Industrial e Estratificação Social*, na mesma importante revista mineira, n.º 10, janeiro de 1961.

(1) VENÉNIO SANTA ROSA, *O Sentido do Tenentismo*, Editora Civilização Brasileira S. A., Rio, 1933.

34 estão em mãos de brasileiros. Os capitais somados dessas 66 empresas ascendem a Cr\$ 301,9 bilhões que representam 46% dos capitais de 6.818 sociedades anônimas que operam no Brasil. (1)

* * *

O Sr. Jânio Quadros concorreu às eleições como candidato desses grupos econômicos e financeiros. Apesar disso, como candidato, num desafio aos partidos que o apoiavam e às forças econômicas dominantes, não só foi a Moscou e a Cuba, como ainda, no decorso da campanha, fez afirmações de nitido caráter esquerdistas. Enquanto assim procedia, o seu opositor, Mal. Lott, não só evitava compromissos ideológicos, como ainda emitia afirmações contrárias à Revolução Cubana e ao reatamento de relações diplomáticas com o mundo socialista, assumindo posições de um rígido conservadorismo, quando não tendentes ao mais franco reacionarismo.

Porque justamente o País reclama cada vez mais ação política fundada em critérios ideológicos, o eleitorado não hesitou em conceder a vitória ao Sr. Jânio Quadros, votando no que élé afirmava de renovador, com desprezo pelo que élé representava de retrógrado. Eleito, o Presidente não constituiu um governo isento das contradições que marcaram a campanha do candidato. Os postos-chave da administração, sobretudo os postos militares, foram entregues a agentes da reação. Na linha da reação inseriu-se a política econômico-financeira do Presidente que, além de patronal, antipopular, não chegou a inverter a linha favorável à expansão das empresas imperialistas no Brasil. Antes da posse de

Quadros, em novembro de 1960, as mesmas fôrças que o levaram à renúncia, quase colocaram o País sob estado de sítio, a pretexto de debelar uma greve salarial — a greve pela paridade. Foram então contidas pela resistência da Câmara que ameaçou transferir-se de Brasília para a Guanabara; pelo *Correio da Manhã*; e pelo poder sindical já se opondo, como poder real, à proposta militarista.

E preciso dizer, aliás, que nunca a penetração dos monopólios em nosso País se deu com tanta intensidade quanto no Governo que antecedeu ao do Sr. Jânio Quadros, isto é, no governo do Sr. Juscelino Kubitschek, ao término do qual ocorreu o ensaio de golpe acima mencionado.

Nos setores básicos da economia brasileira — siderúrgico, energético, mecânica pesada — e no das matérias-primas associadas à indústria de base estrangeira — ferro-manganes — aquela penetração se fez com inusitada violência.

Referindo-se ao governo do Sr. Juscelino Kubitschek, Caio Prado Júnior observou que “de todos os governos brasileiros até hoje, ele foi certamente o mais entreguista, e nunca a economia brasileira atingiu a tamanha orgia imperialista”. (1)

Esse Governo assumiu ainda compromissos de entrega da futura distribuição de energia produzida no País, por usinas montadas com recursos brasileiros, aos monopólios estrangeiros. Foi o governo que maiores subsídios e maior protecionismo dispensou às grandes empresas monopolistas internacionais, além de ter sido ainda o maior beneficiador dos latifundiários com a compra de safras de café num total de 80 bilhões de cruzeiros. Foi ainda o governo que mais agravou os comprome-

(1) CAIO PRADO JÚNIOR, *As Eleições de 3 de Outubro*, in *Revista Brasiliense*, n.º 32, novembro-dezembro, S. Paulo, 1960.

(1) Sobre o assunto consultar *Concentração do Poder Econômico*, em *Desenvolvimento & Conjuntura*, revista da Confederação Nacional da Indústria, Ano V, n.º 5, maio, Rio, 1961.

missos externos do País, através de uma política de estabelecimento no Brasil de empresas colonialistas. A pretório de facilitar entradas de capitais, transformou o Brasil num País exportador de capitais, pela liberalidade concedida nas remessas de juros, amortizações, lucros, royalties e dividendos com que o Brasil remunera as operações das empresas imperialistas aqui estabelecidas. "Em época alguma — diz ainda Caio Prado Júnior — a economia brasileira se achou mais que hoje ligada e subordinada aos interesses imperialistas, a tal ponto que são poucas, muito poucas as empresas de certo vulto e expressão econômica, que com exceção das Estatais, não estejam de alguma forma entrosadas com os monopólios imperialistas. A indústria brasileira, por obra sobre tudo da política do Sr. Juscelino Kubitschek, não passa hoje, fundamentalmente, de uma constelação de filiais de grandes empresas internacionais".⁽¹⁾

Esse assalto deu-se sob o disfarce da Grande Industrialização, responsável pela contradição de sermos um País capitalista sem capital; de sermos um País exportador de capitais quando carecemos de capital.

A política desenvolvimentista do Governo anterior criou graves contradições, as que se chamariam de setoriais, que encontraram seu paradigma no abismo que se cavou entre o setor industrial e o setor agrário. Mas talvez a mais grave das contradições, com certeza a mais perigosa para a própria Unidade Nacional, foi aquela pela qual o Governo anterior acentuou os gritantes níveis de disparidade econômica e social entre as regiões em que está dividido o País.

Ao atraso e ao empobrecimento crescente do Nordeste o governo incorporou novas áreas de estagnação

econômica. Destas novas áreas marginalizadas tornou-se símbolo o Estado do Rio Grande do Sul.⁽¹⁾

Além de ter fomentado os desequilíbrios regionais, o governo Kubitschek não levou realmente nenhum benefício às populações brasileiras, sobretudo às populações rurais. Uma idéia do atraso a que elas foram relegadas poderá ser encontrada neste fato: 18% de nossas populações continuam ainda vivendo em regime de economia natural, degradadas à mais baixa condição de existência social.

Mas estas contradições da política de desenvolvimento não param nesse quadro ultrajante. Se a política era contraditória, também contraditória passou a ser, sob o governo Kubitschek, o Estado Brasileiro. Abandonando a experiência histórica dos nossos dias,⁽¹⁾ o governo Kubitschek, ao transformar o Estado em Estado-Banco, criou um modelo anacrônico de política de desenvolvimento que faz lembrar o exemplo do Japão, durante longo período único país no mundo que, sendo país subdesenvolvido, dispunha de uma grande indústria.

A industrialização nipônica foi comandada por um autocrata e por dirigentes feudais que se integraram e apossaram do aparelhamento do Estado e transformaram-se numa aristocracia antes mercantil do que industrial.

A combinação de relações feudais na agricultura com um Estado forte, centralizado e dominado por capitalistas que fomentavam por todos os meios ao seu alcance o crescimento econômico puramente quantitativo, isto é, o crescimento de empresas privadas, resul-

(1) CAIO PRADO JÚNIOR, *A Instrução 204 e a Política Econômica Brasileira*, in *Revista Brasiliense*, n.º 35, maio-junho, São Paulo, 1961.

(1) Para a compreensão desse problema, ver FRANKLIN DE OLIVEIRA, *Rio Grande do Sul: Um Novo Nordeste*, (2.ª edição, Editora Civilização Brasileira, Rio, 1961).
(2) Consultar FRANKLIN DE OLIVEIRA, op. cit.

tou em que, apesar do impulso industrial, os quadros da sociedade japonesa permaneceram politicamente quase feudais.

A consequência foi que as classes que comandaram a industrialização monopolizaram o lucro do desenvolvimento. Também a industrialização nipônica, fêz-se à base de uma política inflacionária sistemática, visando à formação forçada da poupança e alargando a extorsão do assalariado em método de acumulação de capital. O senhor feudal deixou de ser um magnata territorial para se transformar em magnata financeiro engajado na industrialização.⁽¹⁾

Exatamente assim se fêz a industrialização brasileira: nutriu-se com a inflação e foi dirigida por homens de pura mentalidade mercantilista, no sentido em que acalentaram suas iniciativas no berço dos empréstimos e favores, e outros privilégios artificiais criados pelo Estado, de cujo comando detinham o controle efetivo. Desta forma a estrutura da nossa sociedade, nos seus segmentos mais íntimos, continua sendo o latifúndio feudal, ao qual o Estado sobrepuja uma crosta industrial.

Esta foi mais uma das contradições da sociedade brasileira a desafiar o Sr. Jânio Quadros.

Algumas dessas contradições⁽²⁾ o Sr. Jânio Quadros procurou, senão corrigi-las, pelo menos atenuá-las. As Conferências com os Governadores, visando à adoção de medidas tópicas, já eram uma tentativa, embora primária, de atacar o problema das disparidades regionais. É possível que nesse sentido viesse a levar a

efeito uma política de maior envergadura. O conhecimento prévio que tivemos de seu Plano Quintenal autoriza essa afirmação.

O estado de quase colapso econômico-financeiro a que foram levadas as populações brasileiras das nossas regiões periféricas colocou os Governos dos Estados na situação de credores da União a cobrarem contas quase irregatáveis. Para equipar o Governo Federal de recursos que lhe permitissem enfrentar este e outros encargos, o Sr. Jânio Quadros instituiu a Instrução 204.⁽³⁾ Mas eis que estabelece mais uma de suas contradições: só a economia do Rio Grande do Sul recebeu com a 204 um impacto negativo estimado em cerca de 7,2 bilhões de cruzeiros. Não foi diferente o impacto produzido no Nordeste.

Enquanto baixava a 204 e, através dela, fazia subir o custo de vida, Quadros amarrava os salários e procurava anestesiar o povo com medidas de pura e farisaica índole moralizante, que iam desde a proibição de brigas de galos e limitação de corridas de cavalos à preocupação com os biquínis, os seios, umbigos, os quadrilhos, os maiôs de modelos em desfiles de modas, exposições de *soutiens gorges*, etc., etc., como se nas praias russas as mulheres soviéticas não usassem biquíni.

A 204 dava continuidade à Política anterior do Sr. Juscelino Kubitschek, de penetração das empresas imperialistas no nosso País. Visando corrigir o desequilíbrio cambial, a referida Instrução importava no seu agravamento, pois um dos fatores da deterioração dos nossos recursos está na remessa de juros, amortizações, *royalties*, enfim, na exportação de lucros via de regra maiores do que o capital importado.

Enquanto, porém, com a 204 o governo adotava uma política econômico-financeira antipopular e antinacional, a sua política internacional orientava-se no

(1) Consultar a propósito, PAUL BARAN, *A Economia Política do Desenvolvimento Econômico*, Zahar Editores, Rio, 1960.
(2) No n.º 36 da Revista Brasileira, (julho-agosto, 1961) THOMAS DOS SANTOS JÚNIOR nos oferece em JÂNIO QUADROS: Um discurso *uma lucida contribuição ao estudo das condições sociais, econômicas e políticas que permitiram a eleição do político de Vila Maria.*

sentido de atender não só à necessidade de conquista de novos mercados para o Brasil, como ainda de afirmar a nossa maturidade internacional.

Quanto à política externa, a conduta do Presidente Quadros foi mais progressista. Evitou a intervenção americana em Cuba. Diligenciou no sentido do reatamento das relações diplomáticas, e não apenas comerciais, com a União Soviética. Enviou aos países socialistas a Missão Dantas, em busca de novos mercados para o Brasil.

* * *

Enquanto na última década registrou-se um aumento de 100% no volume das trocas internacionais, na América Latina reduziu-se de um terço o nível do comércio exterior. Por sua vez o Brasil sofreu no montante de suas exportações uma perda de 20%. Elas caíram de 1.541 milhões de dólares em 1951 para 1.260 milhões de dólares em 1960. Quando caiam as exportações, mantinham-se as importações em tal nível que, a 31 de dezembro de 1960, nossos compromissos no exterior eram de 2.654 milhões de dólares mais do que o total das exportações brasileiras correspondentes a dois anos. Conquistar novos mercados era pois uma impo-
sição fatal. A população do mundo socialista alcança um terço da população mundial e sua produção corresponde a 40% do volume mundial. Por que não comerciar com o mundo socialista?

Na sua Mensagem de 15 de março ao Congresso Nacional o Presidente não iludiu ninguém. Disse: "O Brasil não pode ignorar, sem limitar-se injustamente, a realidade, a vitalidade e o dinamismo dos Estados socialistas. Nessa área como em tôdas as demais, as medidas para ampliação dos nossos mercados no exterior são de maior relevância".

Neste ano de 1961 as perspectivas para o nosso co-

mércio exterior eram sombrias. A propensão interna para importar vinha aumentando de ano para ano, em consequência da expansão do parque industrial brasileiro e da necessidade de manutenção do nível interno de produção. Eram, pois, pressões inelutáveis. Na medida, porém, em que careciamos de mais bens de capital para acelerar o processo de desenvolvimento, sofriamos as restrições, as limitações impostas pela progressiva perda do nosso poder externo de compra. Os mercados internacionais tradicionais — Estados Unidos e Europa — mostravam acentuada incapacidade para absorver nossa oferta também tradicional de produtos de exportação. Desta forma, o decréscimo progressivo de nosso poder externo de compra era uma consequência da limitação dos mercados consumidores e da própria redução dos nossos produtos exportáveis. Paralelamente à perda do nosso poder de compra, chegava ao seu ponto de saturação a nossa capacidade externa de endividamento. O dilema impôs-se com inusitada violência ao país: ou aumentávamos as nossas exportações, ou reduzímos o ritmo do desenvolvimento econômico. Reduzido este, as tensões sociais se encaminhariam para um nível explosivo.

Onde aplicar as escassas divisas do país?

Na ampliação do parque industrial ou na sustentação das atividades produtoras, comprando e importando os combustíveis, as matérias-primas e produtos semi-elaborados essenciais à sustentação dessas atividades? O adiamento por 180 dias do pagamento das comp-

pras externas de combustíveis e derivados não dava mais direito àquela escolha.

Entre parar, e abismar-se na crise social, o Brasil só tinha um caminho: aumentar sua capacidade de exportação. Não havia opção. Não havia escolha.

A pauta de exportação brasileira era e é quase que exclusiva de produtos primários. Produtos de relativa

inelasticidade de demanda, isto é, insuficientes para satisfazer a propensão interna para importar. Essa insuficiência agrava-se ainda: primeiro, pelo fato de a venda dos nossos produtos *limitar-se* a parcos e saturados mercados externos; segundo, pela deterioração dos termos de comércio, resultante dos preços sempre aviltados dos produtos primários nos mercados internacionais tradicionais e os preços constantemente valorizados dos produtos industriais que importamos. Modificar a composição da nossa pauta de exportação era a imposição fatal. Era porém, uma tarefa a longo prazo, além de contraditória no nosso contexto histórico, pela própria limitação do poder de importação, poder que está no pressuposto daquela modificação.

Que fazer, então?

A curto prazo, não poderia haver outra solução, a não ser a ampliação do mercado de consumo dos nossos produtos tradicionais de venda no exterior. Conquistar novos mercados, era a única solução. Novos mercados: a Rússia e a China Continental. Quase um bilhão de consumidores. Ignorar o mercado socialista — Rússia, China, Repúblicas Populares — significava ver o café continuar empilhando-se nos armazéns. Ver os grãos apodrecerem nos centros de estocagem.

Em vez de vê-los chupando fundos governamentais que enriqueciam apenas alguns, o certo eravê-los transformados em divisas úteis ao progresso do país.

Conquistar de novos mercados e política de comércio exterior agressiva, eis o que fez o presidente Quadros. Satisfez com esta política as fôrças da monocultura (café, cacau, carne, arroz, algodão) que precisavam de novos mercados. Mas como essas fôrças monocultoras são as fôrças do latifúndio, desafiou-as com a reforma agrária. Por isto, passaram a resistir ao governo, aliando-se aos setores industriais que eram contra a política exterior e, em especial, a Missão Dantas, porque temiam a

concorrência dos produtos que viriam da área socialista. Esses interesses contrariados, — eis uma das componentes da renúncia, espontânea na aparência, mas na realidade ato que apenas frustrou o gesto material da deposição.

* * *

O Governo, ao manter-se fiel às promessas de política externa independente, foi levado a enfrentar outros problemas e situações, pelos quais começou a perder aceleradamente a já abalada confiança da Direita, sem progredir na conquista da confiança das Esquerdas. Não teve a coragem de voltar à Direita. Faltou-lhe a decisão de caminhar para a Esquerda. Hesitou. Dava uma no cravo, outra na ferradura. A ambivalência alarmava a distância entre a política externa e a interna, aquela afastando-o cada vez mais da Direita, esta sem aproximiá-lo, em témpos de sustentação efetiva, da Esquerda, enfraquecida, por sua vez, pela política interna. No vai-dá-valsa, a deserção. O trânsfuga substituiu o hesitante.

Marquemos os movimentos pendulares.

Repeliu a ingerência atrevida do Embaixador Berle. Repeliu a intervenção indevida do Embaixador Cabbot. Enviou emissário diplomático à Conferência dos Neutralistas, no Cairo, e à Conferência dos "não comprometidos", em Belgrado. Negou-se a pactuar na ONU com os casos da Argélia e da Tunísia. Prestigiou os protocolos da Missão Dantas, na Alemanha Oriental. Determinou que o Brasil lutasse pelo ingresso da China Continental na ONU, e enviou missão especial, diplomática e comercial, à China de Mao Tse Tung, cujo governo prometeu reconhecer. Deu apoio ao Capitão Galvão, no episódio do *Santa Maria*. Prestigiou o des-

peritar da África Negra⁽¹⁾. Fêz vir ao Brasil missões comerciais soviéticas, chinesa e tcheca. Recebeu a Missão de Boa Vontade da União Soviética. Recebeu Gagarin. Recebeu e condecorou Guevara. Escreveu a Khruchchev reafirmando o *neutralismo* brasileiro. Apoiava o Prefeito de Brasília, Sr. Paulo de Tarso, em sua pregação anticapitalista, e a favor, já meio-alcade, meio-sacerdote de uma espécie de revolução purpurea: vermelha, mas rubro-cardinalícia.

Ao mesmo tempo em que assim procedia no âmbito internacional, O Sr. Jânio Quadros autorizava uma expedição militar punitiva contra os universitários do Recife, punha sob controle militar as Ligas Camponezas; tirava do ar a *Rádio Jornal do Brasil*, proibia com violento despacho a publicação das teses de um Congresso de Estudantes, consideradas subversivas (UNE — *Declaração da Bahia* — 1.º Seminário Nacional de Reforma Universitária); prestigia a Lei de Diretrizes e Bases de Educação e vetava a Lei dos Sargentos.
Ao mesmo tempo em que beneficiava, com a 204, grupos nacionais e estrangeiros, contra êsses grupos pedia ao Congresso a lei *antitruste*, a lei da remessa de lucros e a lei de reforma do Impôsto de Renda.

Quando os russos ofereciam mercadorias com 20 anos de financiamento, os grupos americanos que iam perder o controle do mercado brasileiro reagiram, como reagiram também os latifundiários ante a sua determinação de pedir ao Congresso a Reforma Agrária. Como reagiram os grupos interessados no saque de nossas riquezas minerais, quando o Governo se mostrou disposto a rever as concessões, quase todas em mãos estrangeiras ou de brasileiros associados ao processo espoliador. Como reagiram os grupos que exploram o refino de petróleo quando o Governo anunciou a nacionalização da refinação e da distribuição. Como reagiram as indústrias automobilísticas e farmacêuticas sob iminência de inquérito; como reagiram os armadores estrangeiros encravados na indústria naval. Como reagiram os grupos que detêm o monopólio de energia elétrica, cujo tombamento de empresas fôra autorizado para posterior estatização; os grupos concessionários de serviços públicos, inclusive marítimos e telefônicos; os grupos dedicados à exploração de minérios de ferro, minérios radioativos, níquel e jazidas minerais — grupos nacionais associados de produtos estrangeiros que sacrificam a exploração para que persista a importação; os grupos interessados em que o Brasil não atinja auto-suficiência em matéria de trigo, de cujo monopólio estatal preparou as bases essenciais a um povo em estado de miséria orgânica como o nosso, miséria que se reflete no consumo de trigo: enquanto o consumo mundial é de 120 quilos *per capita*, chegando na Rússia, Estados Unidos e Canadá a ser de 200 quilos, no Brasil é apenas de 36 quilos, e no Nordeste Brasileiro é de 10 quilos por habitante, tanto quanto na Índia. Reagiram também os grupos que se opõem à reforma tributária; à lei de taxação de lucros extraordinários — reação de todos os interesses econômicos e financeiros ameaçados por um Governo inclinado a não continuar sendo cúmplice da dilapidação da riqueza nacional.

(1) Sobre o despertar do Continente Negro, ver John Woods, *Africa, As Raízes da Revolta*, Zahar Editores, Rio, 1961. Particularmente sobre Angola, ver Look, de 28 de março de 1961. Ler ainda o livro de Ndabanningi Sithole, *African Nationalism*, Oxford University Press, Londres, 1959.

geiras ou de brasileiros associados ao processo espoliador. Como reagiram os grupos que exploram o refino de petróleo quando o Governo anunciou a nacionalização da refinação e da distribuição. Como reagiram as indústrias automobilísticas e farmacêuticas sob iminência de inquérito; como reagiram os armadores estrangeiros encravados na indústria naval. Como reagiram os grupos que detêm o monopólio de energia elétrica, cujo tombamento de empresas fôra autorizado para posterior estatização; os grupos concessionários de serviços públicos, inclusive marítimos e telefônicos; os grupos dedicados à exploração de minérios de ferro, minérios radioativos, níquel e jazidas minerais — grupos nacionais associados de produtos estrangeiros que sacrificam a exploração para que persista a importação; os grupos interessados em que o Brasil não atinja auto-suficiência em matéria de trigo, de cujo monopólio estatal preparou as bases essenciais a um povo em estado de miséria orgânica como o nosso, miséria que se reflete no consumo de trigo: enquanto o consumo mundial é de 120 quilos *per capita*, chegando na Rússia, Estados Unidos e Canadá a ser de 200 quilos, no Brasil é apenas de 36 quilos, e no Nordeste Brasileiro é de 10 quilos por habitante, tanto quanto na Índia. Reagiram também os grupos que se opõem à reforma tributária; à lei de taxação de lucros extraordinários — reação de todos os interesses econômicos e financeiros ameaçados por um Governo inclinado a não continuar sendo cúmplice da dilapidação da riqueza nacional.

Foi esta conspiração de forças antinacionais que levou o Presidente Quadros a renunciar. A renunciar antes da batalha decisiva. A capitular.

Na renúncia consentiu o presidente à hora em que se preparava, talvez mais emocional do que ideologicamente, para, no Brasil, e, em consequência na América

Latina assumir, provavelmente, uma posição correspondente à agão libertária de Nkrumah em Gana⁽¹⁾; de Sékou-Touré, na Guiné; de Sylvano Olympio, no Togo; de Leopold Sédar Senghor, no Senegal; de Jomo Kenyatta, em Quênia; e Sirimavo Bandaranake, no Cílao — toda a legião de libertadores que estão comandando revoluções nacionais, acendendo a flamá de rebeldia emancipadora, soprando a labareda das reivindicações de justiça social e progresso material entre os povos que, na Ásia do Sudeste, na Ásia Meridional e sub-oriental, na África e em outras regiões o colonialismo degradara ao último vilipêndio.

* As populações da Ásia: Paquistão, Indonésia, Índia, Birmânia, Ceilão, Cambôdia, Nepal, Afeganistão, Coreia, Vietname, Laos; do Oriente Médio: Iraã, Iraque, Iemen, Israel, Líbano, Turquia, Egito, Síria; da África Negra: Gana, Camerum, República da África Central, Chade, Congo, República do Congo, Daomé, Gabão, Guiné, Costa do Marfim, Malgae, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Somália, Togo, Alto Volta. A Argélia. A Tunísia. Angola.

* A rebelião do mundo espoliado. A magnífica avorada libertária. O irredentismo do mundo faminto.

Mas Jânio esqueceu, em primeiro lugar, que como fôrças sociais não se brinca; e, em segundo lugar,

(1) O presidente JÂNIO QUADROS tinha sensibilidade histórica, mas carecia de consciência ideológica. Eis porque mais cedo ou mais tarde falharia em sua missão. Uma lide-rrança política, sobretudo em país subdesenvolvido, em fase pré-revolucionária, pressupõe, dentre tantas coisas, consciência ideológica: precisão de objetivos, estratégia e tática política, e conhecimento revolucionário. Nkrumah é um exemplo. Ele próprio confessa: *Dediquei muitas energias ao estudo dos revolucionários e seus métodos. (Ghana: The Autobiography of Kwame Nkrumah, apud Ndabaningi Sithole, African Nationalism, Oxford University Press, Londres, 1959).*

que, com a reação, qualquer complacência pode significar desde o assassinato, como no sacrifício de Luizmumba; o suicídio, como no caso de Vargas; o deserto, como no caso de Gallegos, até a renúncia ou a desposição.

* Essa complacência permitiu que as fôrças reactionárias articulassesem o golpe.

* As fôrças desencadeadas em agosto de 1961 foram as mesmas que atuaram em agosto de 1954. E que fizeram em 1954?

Deposto o Presidente, subiram ao Poder com o Vice-Presidente, Sr. Café Filho. Este foi o período em que vimos assinados os Acôrdos Atômicos⁽¹⁾ que abriram passo ao saque contra as nossas riquezas minerais; em que vimos o Fundo Monetário Internacional investir contra as refinarias da Petrobrás a trôco de um empêctimo de 500 milhões de dólares; em que assistimos à implantação da Instrução 113, através da qual as empresas estrangeiras fizeram a sua mais profunda penetração na economia nacional.

Foi ainda no período implantado pelo golpe de 1954 que se tentou, no Congresso, a adoção da emenda parlamentarista, recusada pelos partidos da maioria. A mesma emenda acolhida, agora, pelo Congresso do "recesso remunerado".

* * * * *

* Manipulando a Instrução 113, os investidores imperialistas fizeram entrar no País máquinas e equipamentos sem cobertura cambial mesmo nos casos de existência de indústria nacional similar. Enquanto assim ocorria, o investidor nacional era obrigado a custear a importação de bens de produção pagando as cambiais

(1) Sobre esse crime de lesa pátria consultar Olímpio GUILLERME, *O Brasil e a Era Atômica — Livro Negro aos Acôrdos de Minerais Atômicos Firmados entre o Brasil e os Estados Unidos* — Editorial Vitoria, Rio, 1957.

necessárias, duas vezes mais caras. Essa designalda de tratamento provocou veemente protesto da própria Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que assim se exprimiu: "A permanência da situação atual é de tal ordem que sua continuação poderá comprometer, de forma irremediável, a própria sobrevivência dos setores importantes das nossas atividades industriais". No seu protesto acentuou aquela entidade: "As pequenas e médias indústrias, e para este aspecto do problema encareceremos a atenção do Chefe da Nação, estão sendo duramente atingidas e sacrificadas, em virtude do regime instituído pela Instrução 113 que não lhes permite obterem para sua continuidade os equipamentos e financiamentos de que carecem". Esse protesto ocorreu em 1956.

Um ano depois, isto é, em 1957, no Fórum Econômico Teófilo Ottoni realizado na capital bandeirante, pelo *Correio da Manhã*, o presidente da mesma Federação, dizia ainda, numa denúncia que os grupos de pressão do capital estrangeiro souberam tornar inócuas: "Nem sempre esses investimentos se dirigem a setores vitais para a Nação. Localizam-se, em certos casos, em campos já explorados pela iniciativa local, que sofre uma concorrência desigual, porque a ela não é dada a oportunidade de obter, no estrangeiro, os equipamentos e os auxílios financeiros vitalizantes de suas atividades". E, com destaque, acentuou: "Ocorre ainda outra circunstância que deve ser ponderada. Grandes empresas estrangeiras, que se estabeleceram no país através da Instrução 113, como não trazem, via de regra, capitais de giro, aqui chegando, atraem para seus negócios as escassas disponibilidades de numerário de que dispomos". Nesse particular — e citamos o caso só a título de exemplo, um entre tantos — é ilustrativo o que ocorreu com os mil e duzentos fabricantes brasileiros de autopropulsas. Muitos foram compelidos a se associarem aos in-

vestidores estrangeiros — os mesmos que, com a complacência por demais elástica da 113, importaram equipamento usado, registrando-o como investimento de capital estrangeiro. Coisa parecida ocorreu com a indústria farmacêutica que progressivamente desnacionalizou-se, passando à órbita das empresas de controle remoto, as empresas de comando externo.

Esta foi uma das primeiras contradições do processo da industrialização. Ao invés de dar prioridade à indústria brasileira, o governo passou a tratá-la desigualmente, em face do investidor estrangeiro. Resultou disso a penetração de grupos alienígenas na economia brasileira, cujos principais setores passaram a controlar. Em consequência ainda dessa distorção as pequenas e médias empresas, de tudo desassistidas, sem meios para reequipamento de seu parque, sem recursos para melhoria de produção, sem disporem de câmbio privilegiado, sem avaliação de empréstimos, etc., iniciaram sua fase de marginalização, deixando de desempenhar as funções econômicas e sociais que lhes são específicas. A aliança dos interesses estrangeiros de tipo colonial com os interesses monopolistas da grande indústria levou o Brasil à condição de nação espoliada.

Como nação espoliada convertemo-nos à paradoxal condição de país exportador de capitais. Essa exportação, de repercussão no desequilíbrio do balanço de pagamento, é feita sob o disfarce da remessa de lucros.

A palavra da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos é, nesse sentido, insuspeita. Insuspeita e reveladora. Reveladora e estarrecedora. Mostrou ela que, entre 1939-1952, o valor dos rendimentos transferidos para o exterior foi em 60 vezes superior ao ingresso líquido de capitais. Com o advento da industrialização, isto é, a partir do Programa de Metas, é fácil imaginar o que ocorreu. Outro exemplo significativo pode ser encon-

trado no caso da *Brascan* (Brasil-Canadá), empréssas cípula da *holding* que é a *Light and Power*.

Esta sociedade de investimentos fundada em setembro de 1957 com um capital de dez milhões de cruzeiros, já no ano seguinte, obtinha um lucro de 197 milhões de cruzeiros, ou seja, realizava um lucro de 1970%!

Não é necessário dizer que a *Brascan* coleta recursos nacionais para a *Brazilian Traction* que, por sua vez, quando precisa de empréstimos no estrangeiro — e só o faz com aval do governo brasileiro — toma-o a 4% para emprestá-lo à sua subsidiária brasileira a 8%. Mas isto ainda não é tudo.

Sempre que obtenemos crédito no *Eximbank*, ele é condicionado à realização de compra nos Estados Unidos e não nos mercados de nossa livre escolha. Quer isto dizer que acabamos muitas vezes comprando não os bens de que carecemos mas os produtos que os norte-americanos precisam vender. Exemplo: já compramos nos Estados Unidos vagões ferroviários quando as fábricas nacionais similares estavam inteiramente paralisadas.

* * *

Alegou-se que o Sr. Jânio Quadros pretendia desfechar um golpe. Acusam-no de bonapartismo. Mas também de bonapartismo foi acusado o Marechal Lott, em quem líderes nacionalistas não reconheciam também garras ideológicas.

Por que o Congresso, afundado no “recesso remunerado”, recusou-se a exercer sobre um Presidente suspeito uma vigilante oposição democrática? Por que entregou a oposição à Direita?

Out entedia por golpismo o fato de o Presidente preconizar reformas institucionais? Como Presidente, amparado em mandato majoritário, mesmo que não houvesse um “recesso remunerado”,

o Sr. Jânio Quadros, já pelas próprias circunstâncias de sua eleição, teria muito mais poder como Presidente constitucional do que se proclamasse ditador, pois, neste caso, seria sempre um tutelado do grupo militar que desse sustentação ao poder discricionário. A menos que seu senso político se tivesse obliterado, obnubilado, haveria de preferir a primeira à última situação.

Quanto ao fato de preconizar reformas institucionais, é lá nada indicava de conspiratório, dado que na Mensagem ao Congresso, de 15 de março, apresentada por ocasião da abertura do ano legislativo, o Presidente da República fizera clara, franca e leal exposição sobre a necessidade daquelas reformas. Elas estão de tal forma no consenso do país que até mesmo um Gabinete conservador como o que subiu ao poder com o Ato Adicional, observa em seu *Programa de Governo*: “O estágio a que já atingiu a economia nacional não mais se compadece com um regime de indefinição que entorpecce as iniciativas, gera o imobilismo e contribui para esbater a nitidez das concepções políticas e jurídicas que informam a nossa estrutura constitucional. Não carece o Estado de tarefas adicionais e sim de meios para executar aquelas que já o assoberham”.

Dentre tantos problemas, cuja solução continua desafiando a capacidade de ação dos homens públicos brasileiros, é de irrecusável importância o problema da revisão de nossas instituições. Vemos como se está cada vez mais criando no País o delta, o divórcio entre o *país real* e o *país legal*. Esse divórcio é consequência de um conflito que se verifica a todas as horas entre a superestrutura jurídica e política estatista, e a dinâmica econômica e social, de um lado, e, do outro, o crescimento contínuo do nível das aspirações populares. Se esta contradição é a causa básica da separação entre o *país real* e o *país legal*, a sociedade civil e o Estado, outros fatores atuam para agravar a distância que se mostra cada

X vez mais contrária aos interesses do povo brasileiro. Enquanto em alguns setores, na esfera econômica e social, registra-se um processo de mudança por vezes acelerado, na órbita legal, os institutos que disciplinam a vida brasileira, por não se terem atualizado, convertem-se em agentes do entorpecimento do nosso progresso, em instrumentos frenadores do desenvolvimento nacional. Vemos como a prática diária da administração vem sendo constantemente amortecida pela existência desta crista jurídica, evidentemente inadequada às exigências de dinamismo do nosso crescimento. Na sua grande maioria os textos legais e os instrumentos institucionais que disciplinam ou deveriam disciplinar a vida nacional mostram-se mais do que inoperantes, porque quase sempre atuam no sentido de entravar iniciativas que a emer-
gênciia dos fatos sociais tornam legítimas.

Entram em crise profunda, em fase pré-revolu-
cária, todas as sociedades nas quais se estabelece desa-
côrdio entre sua infra-estrutura e sua superestrutura,
entre o mundo da produção e o mundo estamental.
Quando a superestrutura deixa de cumprir a sua função
instrumental e falta à posição de defesa ativa de
sua base, esta não só se vê impeditida de se desenvolver
convenientemente como para tôda a sociedade abre-se
uma época de revolução social.

X É duplamente negativa a estrutura institucional do País. Primeiro porque leis desatualizadas perdem naturalmente sua vigência; em segundo lugar, porque leis ou princípios ou regras inscritas na Carta Magna não conseguem adquirir vigência pelo fato de não terem sido até hoje reguladas, disciplinadas ou complementadas. A falta de complementação de dispositivos básicos da Carta Magna faz com que a própria Constituição perca muito de seu poder operativo. A prova está em que setores importantes da vida brasileira continuam sendo

conduzidos por textos que entram em conflito declarado com o espírito da Carta Constitucional.

A lentidão no processo de elaboração legislativa é um outro aspecto do conflito entre a estática legal e a dinâmica social, num país como o Brasil, cujo crescimento vem se processando em ritmo vigoroso a despeito de todos os obstáculos; em consequência nesse mesmo processo de crescimento, surgem a todo instante problemas a solicitar a intervenção permanente do Poder Legislativo; a morosidade da ação legislante não pode deixar de representar, portanto, uma contínua ameaça ao progresso social.

Em outros setores da vida nacional o divórcio entre a dinâmica social e a estática legal é tão aberra-
tamente violento que, para que dêle tenhamos idéia, basta mencionar que institutos da importância da lei sobre débentures são contemporâneos à época do ensi-
lhamento, vale dizer, datam dos primórdios da vida re-
publicana. Códigos básicos, como instrumento de dis-
ciplina da vida civil, têm ainda hoje quase a mesma es-
trutura de há um século.

Leis assim anacrônicas, ou atuam permanentemen-
te como fatôres de entorpecimento da ação administra-
tiva e da própria vida civil, ou convertem-se em fôrças que colocam o país permanentemente sob o signo da vida ilegal. Isto porque, não sendo possível deter o processo de crescimento, o confronto entre as situações determinadas por esse processo e as leis desvinculadas da realidade não pode provocar outra situação que não seja a de uma espécie de marginalismo legal. E tanta força tem hoje essa crosta marginalizante de nossas instituições que, de seus efeitos negativos, não conseguem se isentar sequer os partidos políticos.

Numa democracia representativa, os partidos são

os grandes órgãos formadores e condutores da opinião

política. Para isso necessitam estar em contato perma-

X nente com as forças vivas da Nação, aquelas energias que, nas cidades e nos campos, constroem a riqueza nacional. A vitalidade dos partidos decorre de sua capacidade de captar os anseios mais profundos das camadas populares, fazendo-se acústica desses anseios e dessas aspirações. E por isso mesmo que não se comprende que no quadro das instituições, a presença dos partidos possa ser meramente ocasional, ocorrendo apenas nas datas das campanhas eleitorais. A natureza circunstancial dessa presença justifica que se atribua aos partidos uma posição oportunista, em tudo e por tudo contrária à verdadeira posição que elas devem ter, que é de centros de inconformismo político, núcleos de pensamento renovador, fonte de revitalização das instituições, em cujo organismo devem operar a transfusão do plasma em que se constituem as próprias aspirações populares.

Em relação a este tópico, a Mensagem também foi de clareza cristalina. E relê-la:

X No que diz respeito à representação política, peça basilar do sistema democrático, são gerais os clamores por uma lei orgânica dos partidos políticos, e consequente reforma da legislação eleitoral. Cumpre fortalecer os partidos políticos, assegurando-lhes maior intervenção na vida do país, e impondo-lhes corretivamente maiores responsabilidades, não apenas nas épocas episódicas das eleições, mas permanentemente; discipliná-las as convenções partidárias; assegurar-lhes vida financeira independente, mas fiscalizar-lhes os gastos, para que se não vinculem a grupos econômicos nem deformem, através do abuso da propaganda, ou da influência financeira, a autenticidade da manifestação popular. Por outro lado, o problema da representação proporcional deve ser melhor disciplinado, na diretriz que atenda aos superiores interesses do sistema democrático.

X Propõe ainda a Mensagem outras reformas, como a da revisão legal destinada a restabelecer a autonomia dos Estados:

X Trata-se, sim, de respeitar a autonomia dos Estados-Membros, seriamente atingidos pela União — de forma obliqua mas não menos condenável — com a progressiva, e já agora demasiada, centralização, operada através dos conlórios da vida econômica e financeira do País, de muito aumentada pela inflação e que timbra em desconhecer as exigências dos interesses regionais, respeitáveis em tudo quanto não contrarie o interesse nacional, em agravar disparidades de tratamento entre as unidades da Federação, que criam resentimentos entre irmãos e podem constituir-se em sério problema nacional.

Contemplou a Mensagem ainda outra grave dificuldade da vida institucional brasileira, representada pela não complementação da Carta Magna. Vale mencioná-la, nesse passo:

No plano da complementação dos dispositivos constitucionais, longa é a seqüência de preceitos cuja efetiva vigência aguarda a expedição dos processos administrativos: estabelecimentos de crédito especializado de amplo âmbito e à pecuária; concessões de serviços públicos; fixação do homem no campo, estabelecendo planos de colonização e aproveitamento das terras públicas; participação dos empregados no lucro das empresas; direito de greve, e outros artigos mais.

Enfim, o problema da reforma institucional foi colocado com bastante nitidez:

Um corpo de leis adotadas para determinados estágios de nossa vida econômico-social, totalmente diversos do atual, apresenta-se hoje como entrave ao desenvolvimento do País, estimulando a sua violação, direta ou indiretamente, através de construções engenhosas dos advogados, comerciantes e industriais, mas de legalidade discutível.

X * * *

Os que se detêm contemplando o panorama social brasileiro não podem negar que o amadurecimento político das massas populacionais é bem maior do que o das elites dirigentes.

61

Cremos que essa constatação é manifestação do processo geral de divórcio entre o que se chamaia o país real, constituído pelo trabalho, e o país legal, escorrido pelo próprio anacronismo de suas instituições e o envelhecimento de suas elites políticas e classes dirigentes. Tão grande é esse divórcio que eminente investigador social norte-americano, Leslie Lipson, (1) por élé sensibilizado, só encontrou meios de defini-lo numa imagem que vale recordar, segundo a qual o Brasil das leis parece um avião voando sobre picos de montanhas, indiferente ao vendaval econômico que, na planície, castiga, agota e vergasta o povo.

E chegada a hora de aterrarmos, de descermos das nuvens.

Esta hora tem o nome que diríamos ser a das radicais mudanças institucionais. Não é por crer que, na vida social, o progresso dependa das leis. Não é que se creia que a ordem jurídica e as instituições bastem por si mesmas para desfilar o processo de desenvolvimento. As fôrças que operam esse processo são de outra natureza, econômicas e sociais. Mas, no que cremos é em que, sem um ajuste entre leis e fôrças sociais, legislação e impulsos econômicos, sem enfim uma maior comunicação entre superestrutura e infra-estrutura, o desenvolvimento não se fará harmoniosamente, no sentido da correspondência entre evolução material e evolução institucional. Para qualquer país será sempre melhor que os instrumentos legais estejam adequados às exigências e condições objetivas. Verificada essa concordância, no mínimo evitaremos conflitos inúteis, desperdício de tempo e de energia; no mínimo se conseguiremos a

rá uma justa simetria entre a ação administrativa e as aspirações populares.

Se as exigências de atualização dos nossos textos e dispositivos legais são assim imperiosas, tão imperiosas quanto as transformações de superestrutura são hoje, no Brasil, inadiáveis as mudanças de infra-estrutura. Implantamos no País um processo de industrialização sem termos tido o cuidado de remover o arcaico arcabouço em que se fundamenta a vida rural brasileira. Esse outro grave anacronismo: estamos construindo uma civilização moderníssima sobre os esqueletos de uma civilização feudal, como é a que impõe em tóda a área rural brasileira.

A contradição é flagrante. Suas consequências poderão ser inapeláveis. 70% da população brasileira vive hoje nas áreas rurais. 18% de nossa população vive ainda em regime de economia natural.

Esse desnível será sempre, até que o eliminemos, um estigma de subdesenvolvimento. Não se contenta porém em ser sómente isto. A coexistência dos dois estágios, o da civilização moderna com o da civilização arcaica, já ameaça a civilização moderna.

Populações rurais vivendo em condições feudais são populações pobres. Populações pobres não consomem — vivem em nível de subsistência. Como a civilização moderna requer mercado, requer consumo, que futuro se lhe reserva, se o resto do País vive ainda em nível de subconsumo generalizado?

De 10 milhões de pessoas empregadas no Brasil em atividades agrárias sómente 18% são proprietárias, 82% formam a massa deserdada dos que não dispõem de terra, massa de onde deriva a corrente que, em volta das cidades, engrossa o cinturão de miséria das favelas, das malocas, dos mocambos, das cafunas. Da América do Sul o Brasil é o país que apresenta mais alta proporção de pessoas ocupadas na agricultura: 65%. E um dos in-

(1) LESLIE LIPSON, *O Governo no Brasil Contemporâneo*, in *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.º 1, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1956. Ver também MERLE KLING, *Contribuição para uma teoria da instabilidade do Poder e da Política na América Latina*, na mesma revista, n.º 5, 1960.

dices clássicos de pobreza. O problema básico dos países subdesenvolvidos não é outro senão este: o da pobreza de suas populações rurais. Pobreza econômica e degredação social expressa esta nos altos índices de analfabetismo e enfermidades. Como vencer esse quadro, se não através de uma política que vise à renovação de todos os resíduos da velha estrutura social brasileira?

Um dos instrumentos de realização dessa política é a reforma agrária. Não a entendemos, nem ela deve ser entendida primariamente como mera distribuição de terra a agricultores sem terra. Antes a entendemos não como divisão de propriedades, mas como coletivização de propriedade.

Reforma agrária integra todá uma constelação de providências que englobam a luta contra minifúndios ou outra qualquer forma de parcelamento antieconômico da terra. Inclui a adoção de medidas tendentes a elevar o nível da produtividade. Reclama modificação radical nos tipos de produção; exige a substituição de lavouras extensivas por lavouras intensivas; requer o suprimento de fertilizantes e maquinaria agrícola; pressupõe uma política de defesa do solo e uma política de irrigação. Supõe a eliminação de equipamentos inadequados e de técnicas atrasadas. Prevê uma política contra a degradação e erosão dos solos. Colima a elevação do padrão de vida dos agricultores, através de uma política ampla de educação, saúde, assistência médica-hospitalar, habitação, e serviços de bem-estar social. Além de objetivar o melhor aproveitamento social da terra, a reforma agrária deve visar ao aumento de formações produtivas, para o qual se impõem medidas específicas. Capitula como item essencial uma política de crédito, financiamentos, investimentos, preços justos, comercialização das safras, conservação, lavra e defesa das florestas, uma política de silagem e armazenagem e de transportes. Se a reforma agrária em suas coordenadas

gerais, tem que ser necessariamente de âmbito nacionais, para que seja eficaz, precisa ser regional, quanto à sua execução, isto é, precisa levar em consideração as características ecológicas, edafológicas e sociais da região onde vai ser operada. Precisa inclusive, dentro de uma mesma região, levar em consideração as singularidades de solo, de clima, de regime de águas, de regime pluviométrico, de cada zona ou área fisiográfica e humana que integra a referida região. Também a reforma agrária deve procurar corrigir não só a instabilidade das populações rurais como a dispersão característica do povoamento brasileiro. Se Israel realizou a mais avançada e racional reforma agrária não revolucionária, por que consideramos nós que tal reforma não se coaduna com os ideais democráticos, como tão insistentemente propalam os mais ferrenhos adversários do progresso, em nosso País? Mas este não é o nosso modelo. O que não devemos confundir é reforma agrária com extensão da legislação trabalhista e extensão do regime jurídico ao trabalhador rural. Vários dispositivos da legislação trabalhista, em vigor no Brasil, são extensivos ao homem do campo. A Consolidação das Leis do Trabalho, desde 1943, estende ao trabalhador rural os seus benefícios. Esses benefícios são, entre outros, o do salário mínimo; o de contrato de trabalho; o da remuneração e aviso prévio. Ao trabalhador rural a lei n.º 605, de 4 de janeiro de 1949, pelo seu artigo 2.º, estendeu o direito ao descanso semanal remunerado. Sem embargo do reconhecimento que devemos ter quanto ao avanço que esses dispositivos legais registraram, devemos também reconhecer que o quadro social da vida agrária não se alterou, e continua hoje sendo fundamentalmente o mesmo dos tempos das sesmarias. Significa isto que o problema não é outro senão o da reforma do regime de propriedade territorial, que não pode continuar inspirada em normas individualistas.

Revolução pacífica — não reforma utópica.

Se o processo de industrialização desencadeado no País aduz razões econômicas a favor da reforma agrária, como seja o da criação de um amplo mercado interno, outras razões, e estas de ordem social, reclamam na com urgência e inadiável vigor. A industrialização provoca violento incremento no processo de urbanização; significa isto que cada vez será maior a demanda de alimentos. Se a urbanização impulsiona essa demanda, outro fato vem hoje acrescentar-lhe novo impulso. Esse novo fator está representado no processo de verdadeira explosão populacional a que estamos submetidos. Os índices de crescimento demográfico do povo brasileiro ultrapassam hoje os índices da Ásia do Sudeste, então conhecidos como os mais altos do mundo. Se outras razões não existissem, tornando impositiva a necessidade da reforma agrária, eis que esta, sózinha, bastaria para justificá-la. Mas desde logo é preciso que uma condição fundamental se estabeleça: que a reforma agrária não seja feita para servir de instrumento à Contrar-Revolução. A agricultura em pequena escala, além de improdutiva, do ponto de vista da economia para a sociedade, termina levando o camponês a posições retrógradas, resistentes a tudo que fôr progressista. Agarrar-se na economia de subexistência, e pronto. É preciso que a reforma agrária, feita para corrigir erros, não crie outros erros e, com êles, consolide no resto do país uma ordem social que é tanto iníqua para as áreas rurais quanto para as populações urbanas.

* * *

A Mensagem Presidencial dizia incisiva, concisa, precisa:

Sente todo o Brasil que existe profundo desajustamento entre a ordenação vigente de suas instituições e as exigências

superiores de seu progresso, bem-estar e segurança. Quer na esfera constitucional, quer na da legislação ordinária, textos há — e em grande número — que clamam por uma reforma, distanciados, há muito, da realidade nacional; outros, esquecidos pelos legisladores e governantes, pedem vigência imediata e corajosa; e, a mais agitavam a situação, permanecem ausentes do quadro de nossas regulações, institutos e atividades que prosperam de forma indisciplinada, à mísma de textos que os ordenem.

Tudo, portanto, lúmpido, sem mistérios. Admitindo-se, porém, que tais reformas eram suspeitas, por que a oposição, que se considera democrática, não assumiu a responsabilidade de realizá-las, arrebatando ao Executivo tal iniciativa?

Quando o Presidente enviou ao Congresso o projeto de lei sobre lucros extraordinários, por que o Congresso, em vez de votá-lo, tratou apenas de o desfigurar, tornando-o inócuo?

A acusação de golpismo, só levantada às vésperas do verdadeiro golpe ser desfechado, não passa de manobra tática da reação, que consistiu em atribuir ao Chefe do Governo a responsabilidade de uma conspiração, na qual quem estava emprenhada era tão-só ela, a reação. Apesar de seu empirismo político, resultante de sua falta de formação ideológica, o Sr. Jânio Quadros parecer ter compreendido a lei inexorável das revoluções ditas democráticas, como a que pacificamente representou a sua eleição.

Essa lei mostra que tais revoluções democráticas tendem à paralisia. Elas congelam, imobilizam-se nô momento em que se estabelece um compromisso tácito entre a burguesia e a classe latifundiária.

Quando tal ocorre, a maneira de atribuir consistência verdadeiramente democrática a essas revoluções está em deslocar o poder da área do conservadorismo tendente à reação para a área de uma ação mais progressista.

OUVINDO MÚSICO
A MUSICA

O Sr. Jânio Quadros, apesar de seu empirismo, compreendeu a necessidade de salvar a revolução que as urnas representaram.

Mas quando se decidiu a manter-se fiel aos seus compromissos de 3 de outubro, isto é, quando se decidiu a salvar a revolução democrática que encarnava, cometeu — e ainda por falta de formação ideológica — seu êrro fatal.

Este consistiu na tentativa de modificação da linha de governo sem que a tal modificação correspondesse a necessária modificação nas bases do Governo.

— Aberta a cisão, nela se abismou o Presidente.

Não importa que a isso se dê, agora, o nome de renúncia ou deposição. Até mesmo porque, no caso, a renúncia importou numa *depoisão consentida*.

As noções contraditórias implícitas nas palavras *renúncia e deposição*, palavras que se excluem, harmonizaram-se na realidade ao mesmo tempo clara e difusa no último gesto presidencial. Das tantas contradições em que se emaranhou, esta foi a única que o presidente resolveu.

Implicável vindita das forças sociais, que não perdoam aos que as desafiam, quando desarmados da exclusiva arma que elas respeitam: *consciência ideológica*.

* *

Êles Também Fizeram Uma Revolução

ANÍBAL MACHADO
DO JORNAL MÍDIA

“... a revolução quer libertar; a contra-revolução quer dominar; a revolução trata de criar a igualdade dos direitos políticos e sociais; a contra-revolução se propõe a estabelecer ou restabelecer os privilégios de uma minoria.”

NOEL PIERRE LENOIR

(*Sociologie de la Révolution, Paris, 1947.*)

ESTA É EM VERDADE UMA TAREFA REVOLUCIONÁRIA. Porém a Revolução não é algo novo para nós. Desde as praias da América, há quase 200 anos, surgiu um chamamento em prol da liberdade que hoje em dia guia as ações dos homens em todos os tumultuosos Continentes do mundo..."

Com estas palavras o Sr. Douglas Dillon, Secretário da Fazenda dos Estados Unidos, iniciou o seu discurso perante a assembléia de nível ministerial do Conselho Interamericano Econômico e Social, reunida em Punta del Este, Uruguai.

Com Cuba à ilharga, o Governo Americano compreendeu que a Cordilheira dos Andes poderia a qualquer momento transformar-se numa gigantesca Sierra Maestra. Para conter a explosão revolucionária da América Latina o Presidente Kennedy concebeu a chamada Aliança para o Progresso.

Fracassado o desembarque em Playa Girón, e em consequência do fracasso da invasão tendo-se fortalecido, no conceito dos povos latino-americanos, o Governo socialista de Cuba, os Estados Unidos apressaram-se em convocar os países da América Latina para uma nova reunião, com o compromisso de que ela não ficaria em simples atas como as reuniões de Chapultepec, Bogotá ou Costa Rica.

* * * A inquietação da América Latina ganhava níveis

de antemão, que os povos da América Latina não estão autorizados a escolher o comunismo, o Presidente Kennedy reforçou com o seu voto esse atrativo aos olhos de cada patriota e cada latino-americano que se respeita".

✓ A conferência de Punta del Este era um instrumento desse voto. Comprometiam-se ali os Estados Unidos a invertar capitais na América Latina com o objetivo de elevar o padrão de vida das populações do Continente, como estratégia antiideísta.

Condicionavam porém os americanos êsses investimentos à realização de reformas básicas no nosso Continente: reformas tributárias, reformas agrárias, ao lado da realização de programas habitacionais e da implantação de serviços sanitários e de abastecimento de água. *Se a América Latina — disse o Sr. Dillon — tomar as medidas internas necessárias poderá lógicamente esperar que seus esforços sejam igualados por um fluxo de capital...*

A incisividade com que o Sr. Dillon pediu as reformas só encontrou paralelo no abuso de condicionais que estabeleceu para as suas promessas.

Mas teriam sido tão incisivas realmente as recomendações de reforma, ou essa incisividade era apenas verbal, destinada de toda objetividade?

⑥ A América Latina está reduzida à mais abjeta miséria. Nela têm responsabilidade direta as classes dirigentes. A inquietação que convulsiona o Continente não alcança estas classes, que se consideram imunizadas contra qualquer espécie de preocupação social.

Então como a elas pedir que façam reformas? Como lhes pedir que façam a lei agrária? Uma lei contra lucros excessivos ou uma lei contra os monopólios, ou ainda um elenco de leis que permita uma melhor participação do povo na renda nacional?

Quem negará a imperatividade de uma lei assim,

pré-revolucionários. Os americanos estavam inquietos com o Nordeste brasileiro e as Ligas Camponesas; com Cárdenas, no México; com Ojeda, na Venezuela; com Júlio no Brasil, — enfim com o que consideravam a erupção de um surto fidelista na Bolívia, no Equador, no Chile, na Colômbia, na América Central, em todo o Continente, sobre o qual a sombra de Sandino continua a projetar-se ardente como uma bandeira. Como uma voz de comando.

Em março dêsse ano de 1961, o senador democrata Wayne Morse e o senador republicano Bourke Hickenlooper haviam publicado um relatório encarecendo a necessidade das elites sul-americanas renunciarem a seus privilégios econômicos. Por outro lado, a invocação de que era necessário destruir Cuba socialista porque sua vizinhança ameaçava a segurança dos Estados Unidos não impressionava os latino-americanos. Ao contemplar o mapa da Europa, a América Latina constatava que a União Soviética suportava com a maior tranquilidade a convivência bem próxima de uma Finlândia capitalista e neutra, de uma Áustria capitalista e neutra e, inclusive, de uma Turquia capitalista e não neutra, porque membro militar, e com foguetes, da OTAN.

Se uma potência socialista podia suportar a convivência de países capitalistas sem se sentir ameaçada, por que se sentiriam ameaçados os Estados Unidos com a vizinhança de Cuba socialista?

⑤ O problema não era de segurança, senão de impedir uma nação latino-americana de se autodeterminar. Na velha e liberal Inglaterra um velho e liberal jornal, o *Manchester Guardian*, soube dizer com toda mansuetude, com calma bem britânica, a polida, cortês mas dura verdade: "O principal atrativo do comunismo, no mundo subdesenvolvido, não consiste na rejeição da miséria, mas no fato de que o comunismo parece oferecer um caminho para a libertação nacional. Estipulando,

quando se sabe que, na América Latina, 60% da renda é controlada apenas por 20% da população? Que no Brasil 63% é controlado por 17%. Que na América Latina três quartas partes de toda a terra cultivável do continente pertencem só a 2% da população? Que minas, poços petrolíferos e outras riquezas não agrícolas, quando não estão em poder dos estrangeiros, delas se estima que apenas 50% pertence a 2% da população?

Como pedir às oligarquias políticas, econômicas e financeiras da América Latina, de sensibilidade moral enpedernida, que modifiquem precisa e justamente a estrutura social que lhes permite ter dez bilhões de dólares nos bancos suíços, enquanto a fome, a doença, o desemprego e a ignorância assolam suas pátrias?

Das duas, uma: ou esse pedido é uma empulhação, ou os Estados Unidos, se realmente estiveram interessados na liquidação da miséria no nosso Continente, em vez de exportar dólares, devem inicialmente exportar revoluções para a América Latina.

Se os Estados Unidos quiserem que reformas sejam feitas, têm de ajudar-nos a fazer as nossas revoluções nacionais.

Podemos esperar por esta ajuda?

Os americanos mostraram simpatia por Cuba quando Fidel Castro derrubou Batista. Mas quando Cuba fez a reforma agrária, a reforma urbana, nacionalizou as empresas imperialistas e os monopólios, e iniciou a operação de emancipação da economia cubana e de liberação de todas as forças produtivas do país — que fiziram os Estados Unidos?

Exportaram para Cuba a Contra-Revolução.

Exportaram a invasão.

* * *

⁶ Os Estados Unidos devem transformar-se aos olhos do mundo em campeões de revoluções.

Eis o que disse, no dia 1º de junho de 1959, William Douglas, Juiz da Suprema Corte, a qual está confiada a missão de guardar e interpretar a Constituição dos Estados Unidos.

William Douglas quis, naturalmente, referir-se à Revolução da qual resultou a Independência dos Estados Unidos, no século XVIII. Com certeza à mesma Revolução a que se referei o Sr. Dillon, em Punta del Este. Mas que Revolução foi esta?

Na crônica das revoluções que alteraram os destinos da humanidade, quatro marcaram grandes translações históricas: a Revolução Inglesa do século XVII, a primeira na qual os grandes problemas da pobreza e da desigualdade social foram enfocados com extraordinária energia; a Revolução Francesa, no século XVIII; e, no século XX, a Revolução Russa e a Revolução Chinesa.

Da Revolução Americana resultou para a humanidade a Declaração de Direitos aprovada na Convenção de Virgínia em 1776, e que serviu de base para a Declaração da Independência, aprovada no mesmo ano pelo Congresso de Filadélfia.

Estas duas declarações consagraram como inerentes à condição humana o acesso a quatro direitos fundamentais: o direito à vida, o direito à liberdade, o direito de busca da felicidade e o direito de resistência.

Para garantir os três primeiros, consagrrou-se o último, que passou a ser naturalmente o mais importante, pois dêle dependiam os demais.

A redação deste quarto direito diz que, para assegurar os direitos à vida, à liberdade e à busca de felicidade “os homens instituem governos que derivam seus justos poderes do consentimento de seus governados. Quando o governo tende a destruir êstes fins, o povo tem o direito de reformá-lo ou aboli-lo, e de instituir um novo governo que se funde em ditos princípios, e de

organizar seus podérées naquela forma que a seu juízo garanta melhor a sua segurança e a sua felicidade.”

O nome desse direito que facilita ao povo o poder de abolir governos chama-se Direito de Revolução.

Não era um direito novo. Chung-Sho-Lo lembra que, na China antiga, era tradicionalmente reconhecido o direito do povo de rebelar-se contra o soberano que se arrogasse podéries de tirano.

Inscrita tal franquia na *Declaração de Direitos aprovada pela Convención de Virgínia*, e, depois, na *Declaração da Independência*, ambas do ano de 1776, a declaração do *Direito de Resistência* foi incorporada à primeira Constituição Francesa de 1791 que, no seu artigo 2º, estatuiu: “O objeto de toda sociedade política é a conservação dos direitos naturais e imprescindíveis do homem. Estes direitos são: a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.”

Era a Revolução definida como coisa sagrada: “*l'insurrection est ... le plus sacré des droits et le plus indispensable des devoirs.*” (art. 35.)

O confronto dos textos americano e francês demonstra que a famosa *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, legada pela Revolução Francesa, não é mais do que a consagração do *Bills of Rights* americano de 1776, o qual, por sua vez, se relaciona com os *Covenants* das comunidades puritanas.

Este fato mostra que nenhum povo ou país pode fugir às influências culturais, políticas e ideológicas dominantes em determinada época. Assim, não tem sentido falar-se em exportação ou importação de ideologias, mas tão-só no tempo mental, o tempo social em que vivem os povos, cada Povo ou cada Nação dando às demais a sua contribuição ideológica, no exclusivo interesse do progresso da humanidade. A Revolução Francesa, que regulou todas as Revoluções Nacionais a partir do século XVIII, foi condicionada pela Revolução Ameri-

cana do século XVIII, e esta, por sua vez pela Revolução Inglesa do século XVII.

Mas em que importou a Revolução Americana do século XVIII?

Elá foi fundamentalmente uma guerra de emancipação contra a opressão inglesa. Elá foi basicamente uma Revolução anticolonial e antiimperialista. Elá foi basicamente uma Revolução anticolonial e antiimperialista. X Uma Revolução do tipo das que hoje se realizam na Ásia e na África. Elá não visava à derrocada do sistema social e econômico vigente nos Estados Unidos, mas tão-só dar à Norte América colonial o *status* de Nação-Estado Independente. E porque foi uma Revolução de libertação nacional de um povo colonial contra o predomínio estrangeiro, não se preocupou em provocar nenhuma modificação na estrutura interna americana. A prova está em que não aboliu a escravidão.

X É a êsse tipo de revolução anticolonial e nacional que aspiram os povos da América Latina.

X Mas como não estamos mais no século XVIII, e ao patrimônio de direitos, idéias e ideais legados pela Revolução Inglesa, a Revolução Americana e a Revolução Francesa a humanidade incorporou ao seu acervo espiritual os direitos e ideais criados pelas Revoluções Russa e Chinesa do século XX, aspiram neste mesmo século XX os povos da América Latina à Revolução anticolonialista e à Revolução social.

X Não se entenda aqui a expressão Revolução Social como sinônimo de insurreição armada, mas como criação de condições objetivas que possibilitem o progresso social.

X O conceito de Revolução não se identifica necessariamente com os conceitos de sublevação armada e de guerra civil.

X Se a maioria das Revoluções está vinculada a choques armados, em compensação a história registra

subelevações e guerras civis, como, por exemplo, a Guerra das Duas Rosas, na Inglaterra, que não podem ser consideradas Revoluções por não terem produzido modificações sociais. Por outro lado, ainda a história mostra a existência de Revoluções sem levante armado ou sem guerra civil. Isto porque, na sua exata acepção, a palavra revolução, que parece tão ambígua ou polivalente, não é mais — como observa Crane Brinton — que sinônimo vigoroso de transformação.

E por que deseja a América Latina realizar sua Revolução?

Em primeiro lugar, porque os povos da América Latina, como os povos da Ásia e da África, compreenderam que a pobreza não é um castigo divino ou uma fatalidade que não possa ser removida.⁽¹⁾ Compreenderam que a pobreza não é inevitável e que a sua remoção depende tão-só de um ato de inconformismo e de rebeldia. Compreenderam que o desenvolvimento econômico não é um fato espontâneo. Resulta de decisões. Hoje os povos das regiões empobrecidas já sabem que o subdesenvolvimento não é uma imposição de fatores naturais, não tem implicações teológicas e não decorre de condições que não possam ser modificadas. O subdesenvolvimento é acima de tudo expressão de circunstâncias históricas que, como tais, podem ser radicalmente alteradas, tudo dependendo apenas da vontade e da determinação humanas. E na mesma medida comprehendem os povos hoje que o desenvolvimento econômico e social não é função mecânica dos fatos, e sim consequência e resultado de atitudes de governos

conscientes. Não sendo o desenvolvimento resultante apenas de fatores materiais, sendo essencialmente consequência de atitudes e decisões políticas, não se tem por que defini-lo como fato espontâneo. Ele é antes de tudo um fato provocado. Resulta da inconformidade com uma situação declarada insatisfatória ou injusta. Em tudo e por tudo é consequência da intervenção humana na condução dos fatos sociais. Por outras palavras: a riqueza social resulta de posições políticas. Nesse caso, a capacidade política cria a capacidade econômica.

* * *

Na América Latina, 70 milhões de latino-americanos reclamam com urgência necessidades de ocupação produtiva e melhores condições de vida. Essas exigências levaram o Sr. Burke Knapp, vice-presidente do Banco Mundial, a declarar, em abril deste ano, na II Reunião da Assembleia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, que "a década de 60 será um período de mudança, de evolução, senão de revolução".

E tão opressiva a miséria que se abate sobre os povos da América Latina que só no Chile cerca de um terço dos homens, para fugir ao espetro do desemprego, embriaga-se todo fim de semana. Segundo depoimento de Wright Mills também isso ocorre, naquele país, com cerca de 60% das classes mais desamparadas. Três quartas partes da população do Peru vivem à margem de qualquer economia monetária, absorvendo uma média diária de apenas 1.900 calorias, enquanto o mínimo requerido pela biologia humana é de 2.700 calorias.

Na América Latina a média de analfabetos é superior a 60%, na população maior de 15 anos; 15 milhões de crianças em idade escolar carecem de escolas. Menos de 10% das matriculadas no 1º ano completam o curso

(1) Os homens não mais encaram a pobreza como inevitável, nem pensam que a servidão, a moléstia, a inundação, as inundações e o esgotamento físico decorrem das infi- cções de um demônio ou são punições impostas por uma di- vindade. (DAVID E. LINENTHAL, *A Democracia em Marcha*, Editora Civilização Brasileira, Rio, 1956).

primário, e mais de 50% deixa a escola depois do 2º ano.

A carência de moradia é da ordem de 1.240.000 habitações por ano, que não representam sequer 30% das necessidades totais. 100 milhões de pessoas necessitam de água em quantidade suficiente e de boa qualidade. A renda *per capita* na América Latina representa menos de um terço da renda *per capita* da Europa Ocidental, e um sétimo da renda por habitante dos Estados Unidos. 60% da população vive da agricultura, mas como vive?

Na Argentina 72% das populações campesinas não possuem as terras em que trabalham.

Na Guatemala os analfabetos constituem 72% de sua população. No Uruguai cerca de 600 famílias são donas da metade das terras do país, onde se multiplicam os *pueblos de rata*. No Peru as nacionalidades índias oprimidas representam 65% da população e 80% do campesinato; estão relegados às piores condições de vida, ali onde apenas 1,2% do território nacional é cultivado, enquanto na região andina ainda subsiste o trabalho não remunerado. No Equador, os grandes latifundiários são empresas estrangeiras, e, na Venezuela, 2.500.000 campomenses constituem a legião dos *conqueridos* (subproletários).

Enquanto nos Estados Unidos a expectativa da vida é de 65 anos, na América Latina o latino-americano não vive em média mais do que 35 anos. A situação dos países da América Latina só é comparável à dos Estados Unidos há 80 anos, e à da Rússia antes da Revolução de outubro, quanto à distribuição da renda *per capita* — menos de 200 dólares por habitante. A produção *per capita* dos agricultores é de menos de um têgo da dos trabalhadores de outros setores econômicos. 40% da população vive em favelas. Na América Latina a favela não corresponde ao *slum* das grandes cidades europeias

ou norte-americanas. Os *slums* são produtos do pauperismo urbano naqueles países. Favelas, mocombos, malocas e cativas são, na América Latina, produtos da miséria agrária. São formações urbanas que resultam do êxodo rural.

Na América Latina a população índia degrada-se na mais repulsiva e odiosa miséria — e são mais de cinqüenta milhões de seres humanos.

A ausência de alternativa de empregos é completa. De 3 a 8% dos proprietários possuem 80% a 60% da área cultivável — e este é um índice que demonstra a desigualdade extrema na distribuição das terras. Expressão da miséria são as taxas de mortalidade infantil, na proporção de 400 por 1.000.

Desemprego, subemprego, fome, promiscuidade, doença, analfabetismo, prostituição são as seqüelas do Continente. Diante deste quadro podemos repetir a pergunta de Frei Cardonel, da Ordem dos Pregadores: "Como classificar de livre um mundo que segregá a miséria e a prostituição como produtos normais de seu funcionamento?"

Insuficiência alimentar, reduzida expectativa de vida, altas taxas de mortalidade infantil e mortalidade geral, baixa renda nacional, baixos níveis de vida, violenta desigualdade de rendas, predominio da estrutura agrária, estruturas sociais ultrapassadas coexistindo com estruturas modernas, fraca densidade das classes médias, fraca integração nacional, subemprego, desprezo desfargo e emprego estacional, exploração do trabalho do menor e do trabalho feminino, largos índices de prostituição, — todo o quadro clássico do subdesenvolvimento constitui a ultrajante paisagem social e humana da América Latina.

Na América Latina, 70% da sua população sofre

de doenças carentais — doenças de pobreza e de miséria.

Dois terços da população não usufruem qualquer

espécie de assistência social. Dois terços da população vivem em condições semifundais de trabalho. Um terço das populações trabalhadoras não participa da vida civil de seus países.

Durante os últimos dez anos o colapso de preços dos produtos latino-americanos no mercado mundial significou uma redução líquida nas rendas da América Latina de cerca de um milhão de dólares anuais — 3 vezes mais, em conjunto, do que a soma total de ajuda em créditos que o Novo Mundo recebeu no mesmo período. Entre 1955 e 1958 os 2,7 do crescimento *per capita* que haviam caracterizado o pós-guerra cairam para 0,5. Os preços dos produtos de exportação deterioraram-se, desequilibrando a balança de pagamentos, por tal forma que as tendências previstas para os próximos quinze anos de aumento das exportações não irão além de 3% anuais, taxa que mal dará para superar os índices de crescimento demográfico. Além disso, ela será neutralizada pela necessidade de importação de bens de capital, cujo ritmo de incremento é maior do que o das exportações de produtos primários. Em ajuda direta a países fora da América Latina os Estados Unidos concederam 31 bilhões de dólares, desde o fim da Segunda Guerra, enquanto para o nosso Continente direnaram apenas 625 milhões de dólares. De 1954 a 1956 o consumo de maquinaria e implementos montava a 2.200.000 de dólares, dos quais apenas 200 milhões produzidos pela América Latina. Estima-se que em 1975 esse consumo subirá a 9 bilhões, sendo provável que as disponibilidades de importação não ultrapassem 3.500 milhões.

Em oito anos a moeda boliviana bateu todos os recordes de desvalorização. Desceu de 200 para 12 mil pesos bolivianos por dólar.

Na América Latina o índice de crescimento demográfico — 3,4% — supera amplamente o índice previsto para a Ásia, no mesmo período, que é de 2,4%. Quer

isto dizer que nos próximos 25 anos 90 milhões de pessoas serão incorporadas à atual população latino-americana que até o fim do século deverá ser superior a 600 milhões.

“Devemos reconhecer que uma grande proporção importante da agricultura latino-americana permanece em nível muito baixo e constitui fator de pauperismo das grandes massas trabalhadoras, de escasso poder consumidor. Dêstes fatos derivam lamentáveis consequências sociais. Há setores rurais que se mantêm em alto grau de analfabetismo expresso numa reduzida capacidade de trabalho. Ademais, êsses setores se encontram em estado alarmante de desnutrição e com enfermidades que afetam gravemente a saúde da raça. Os problemas de posse da terra são os que mais prevalecem na consideração da situação agrícola. Dentre êles, dois são básicos: a grande propriedade rural mal explorada e o minifúndio que não alcança sequer cobrir a subsistência necessária de quem o cultiva e de sua família.”

Esta foi a denúncia que na Assembléia da II Reunião dos Governadores do BID, realizada no Rio de Janeiro, em abril d'este ano, apresentou o Sr. Manoel Casanueva, Ministro da Agricultura do Chile.

Nesta mesma assembléia, o Sr. Alfonso Reyes, da Bolívia, informava em relação ao seu país: “Nossa alienação é deficitária. O resultado desta deficiência não pode ser outro senão o baixo rendimento do trabalho humano. A situação de analfabetismo, com índice maior de 60%, dá uma medida das desastrosas consequências para o progresso nacional, representa a grande massa da população desamparada de educação e de cultura. O subemprego, por deficiência de meios de produção unido à carência de técnicas de produção, ocasiona enorme desperdício da força de trabalho. A drástica situação descrita tem que originar um profundo impulso de recuperação, não sob os cânones de cresci-

mento gradual de que fala a economia teórica, mas sob uma forma real e imediata que permita aos países de economia retardada reconquistar o terreno e o tempo perdidos."

Na Conferência de Punta del Este o mesmo Sr. Alfonso Reyes disse: "O sistema de produção rural manteve-se estático desde a Colônia. Subsistem resíduos de trabalho feudal sobre mais de 2 milhões de campões, e de irracional concentração de terras em mãos de poucas famílias que as mantêm improdutivas. A Bolívia tem a aparência de uma feitoria mineira, com a maior parte de sua população depauperada, submetida à mais primitiva ignorância e adormecida por conceitos antinacionais elaborados pelas oligarquias dominantes". Ainda em Punta del Este, o Sr. Juan Eduardo Azcóni, Ministro da Fazenda do Uruguai, após descrever a situação da América Latina, sintetizou: "Como paradoxo é único; como situação é dramática; como problema é urgente".

Deu ênfase a essa síntese o Sr. Gilberto Arias, Ministro da Fazenda do Panamá: "Encontramo-nos hoje em Punta del Este não para determinar se convém ou não impulsionar ou estimular uma revolução social na América Latina, mas para encontrar a fórmula que canalize esse movimento avassalador, que não pode ser detido".

Mas qual a fórmula encontrada em Punta del Este para dar solução justa aos problemas da América Latina?

✓ A ênfase não recaiu, como corretamente seria de esperar, nos problemas do desenvolvimento, mas na execução de programas meramente assistenciais. Quer isto dizer que não se procurou dar aos problemas da América Latina a solução que garantisse ao Continente a sua emancipação econômica.

Preconizou-se apenas uma solução que, representa-

tando uma anestesia para as populações latino-americanas, assegurasse ao mesmo tempo a manutenção do *status colonial*.

Em vez de ênfase colocada no tema da industrialização preferiu-se falar, por exemplo, na melhoria de condições sanitárias, na construção de casas com bons tetos, boas paredes, e assim por diante.

Não houve voz que se levantasse contra essa mistificação. Ou houve, apenas uma: a do Chefe da Delegação de Cuba, Ministro Che Guevara. Com quente eloquência vinha apontando as deficiências, insuficiências e omissões do programa da Aliança para o Progresso, quando súbito parou. Baixou a cabeça, baixou a voz e, já em tom polidamente contratesto como que pedindo escusas à Assembleia por ter de cumprir um de-sagrado dever, disse:

A veces se expresa la idea de que un aumento en el nivel y la diversidad de la actividad económica resulta necesariamente en la mejoría de las condiciones sanitarias. Sin embargo, el Grupo es de opinión que el mejoramiento de las condiciones sanitarias no sólo es deseable en sí mismo, sino que constituye un requisito esencial, previo al crecimiento económico, y debe formar, por lo tanto, parte esencial de los programas de desarrollo de la región.

Esto, por otra parte, se ve reflejado, también, en la estructura de los préstamos del Banco Interamericano de Desarrollo, pues en el análisis que hicimos de los 120 millones prestados en primer término, 40 millones, es decir una tercera parte, corresponden directamente a préstamos de este tipo: para casa de habitación, para acueductos, alcantarillados.

Es un poco... yo no sé, pero casi lo calificaría como una condición colonial, me da la impresión de que se está pensando en hacer la tercera como cosa fundamental. Eso mejora las condiciones sociales del pobre indio, del pobre negro, del pobre individuo que vive en una condición sub-humana: "vamos a hacerle letrina y entonces, después que le hagamos letrina, y después que su educación le haya permitido mantenerla limpia, entonces podrá gozar de los beneficios de la producción". Porque es de hacer notar, señores Delegados, que el

tema de la industrialización no figura en el análisis de los señores técnicos. Para los señores técnicos, planificar es planificar la letrina. Lo demás, quién sabe como se hará.

Si me permite el Señor Presidente, lamentare profundamente, en nombre de la Delegación Cubana, haber perdido los servicios de un técnico tan eficiente como el que dirigió este Primer Grupo, el doctor Felipe Fazos. Con su inteligencia y su capacidad de trabajo, y nuestra actividad revolucionaria, en dos años Cuba sería el paraíso de la letrina, aun cuando no tuviéramos ni una de las 250 fábricas que estamos comenzando a construir, aun cuando no hubiéramos hecho Re-forma Agraria.

A crítica era implacavelmente certeira, cruelmente verdadeira. Por que dólares para habitações, para estradas, e não dólares para equipamentos, para construções de fábricas, para construção de estradas, para construção de portos? Ou êsses dólares, êsses créditos, em vez de servirem ao desenvolvimento da América, em última análise destinam-se a servir aos monopólios implantados em cada país do Continente?

Estão destinados a estipendar importações necessárias à construção das casas, etc., a Aliança para o Progresso, em vez de ser manifestação de cooperação internacional para o desenvolvimento. Mostram-se como operação de financiamento dos países Latino-Americanos às empresas Norte-americanas.

Não menos espantoso foi o conformismo com o qual as Nações do Continente aceitaram a taxa de crescimento de 2,5% preconizada para a América Latina. A única voz que se levantou para protestar foi novamente a de Cuba:

Que indica esto, señores Delegados? Que si cada uno va por el camino que va, cuando toda América, que actualmente tiene aproximadamente un per capita de 330 dólares y vea crecer su producto neto en 2,5% anual allá por el año 1980, tendrá quinientos dólares per capita. Claro que para muchos países es un verdadero fenômeno.

Qué piensa tener Cuba en el año 1980? Pues un ingreso neto per capita de unos tres mil dólares, más que los Estados Unidos actualmente. Y si no nos creen, perfecto; aquí estamos para la competencia, señores. Que se nos dejen en paz, que nos dejen desarrollar y que dentro de veinte años vengamos todos de nuevo, a ver si el canto de sirena era el de la Cuba revolucionaria o era otro. Pero nosotros anunciamos, resumidamente, esa tasa de crecimiento anual.

A taxa de crescimento de 2,5% significa que, para que a América Latina alcance o nível presente de vida dos Estados Unidos, necessitará aproximadamente de 500 anos.

Como o problema da América Latina é uma corrida contra o tempo, a taxa fixada demonstra que dentro dos padrões capitalistas não há solução para o nosso Continente.

Seria quase covardia pretender comparar, numa afirmação de sistemas, o progresso econômico e social alcançado, por exemplo, pela China Continental e o progresso alcançado pelo mais adiantado país da América Latina que é o Brasil, o primeiro empreendendo uma Revolução Socialista, o segundo uma Revolução Capitalista.

A comparação mais justa deveria ser feita com as Repúblicas da Ásia Central que, num brevíssimo período histórico, passaram do mais degradante atraso colonial à mais clara situação de progresso e prosperidade em todos os setores da economia e da cultura nacionais. Com a taxa de crescimento prevista em Punta del Este levaremos 500 anos para atingir a atual situação dos Estados Unidos. Em 1906 uma revista russa calculou que para eliminação do analfabetismo na Ásia Central, segundo o ritmo da época, seriam necessários 4.600 anos. Foi liquidado em 20 anos.

A produção da grande indústria nos países centro-asiáticos, que eram países tipicamente feudais, num período correspondente ao de uma geração, cresceu 471

vêzes na República Autônoma de Kabardino-Balkaria. 105 vêzes na República Autônoma da Tartária, e 103 vêzes na República Autônoma de Udmurtia. No Uzbekistán, em 1956, a produção de energia superava, em mais de o dobro a eletricidade gerada por todas as centrais de todo o Império Russo em 1913. No Kazajistán foi criada a terceira base siderúrgica da União Soviética, somente superada pelas bases do Donbass e do Kuzbass. Na Kirguizia, atrasada região periférica da Rússia Czarista, o volume da produção da grande indústria aumentou 717 vêzes em 1956, em relação a 1913. Ali são novas as bases energéticas, a metalurgia, não ferrosa e as indústrias petroíferas e de material de construção. Na Tadzhikia, outra das regiões mais atrasadas, criou-se a indústria de mineração, de extração de carvão, petróleo e volfrâmio, além de ter sido iniciada a exploração de jazidas de fluorita e minerais polimétálicos. Foi criada a grande indústria. Até 1917 o país já dispunha de base energética própria. Em 1956 gerava 338,2 milhões de Kw. O Uzbekistán é hoje, depois dos Estados Unidos e da China Continental, o terceiro produtor mundial de algodão. Antes da Revolução de Outubro de 1917 quase toda a sua população era analfabeta. Em 1914 não existia uma só escola de nível superior. Atualmente existem 32 centros de ensino superior com 71.500 alunos. No Kazajistán, do ponto de vista educacional, a situação era idêntica. Hoje dispõe de 9.872 escolas, 26 centros de educação superior, 98 instituições científicas. As edições de livros são quase 4.000 vêzes superior às de 1913, e a sua economia ocupa 230.000 especialistas. A situação da Geórgia, uma das antigas faixas territoriais da Transcaucásia, era idêntica à do Kazajistán e do Uzbekistán. Agora conta com 19 centros de ensino superior e 35 centros de investigação científica. Em 1913 dispunha apenas de 315 médicos, já em 1956 esse número havia subido para

12.000. Em sua economia trabalham 150.000 especialistas. No Azerbaizdzhán, antes de 1917, 90% de sua população era analfabeta. Não existiam um só centro de educação superior e um só instituto de pesquisa científica. Nos centros hoje existentes trabalham 5.000 pesquisadores científicos e a economia do país emprega 113 mil especialistas. Na Kirguizia a população era totalmente analfabeta até antes do advento do Socialismo. A sua economia hoje emprega 51.000 técnicos. Em 1913 existia um leito hospitalar para cada 10.000 pessoas. Em 1956 o número de leitos já havia subido para 56. Na Tadzhikia não se encontrava praticamente uma única pessoa que soubesse ler e escrever. As dez escolas primárias existentes eram freqüentadas apenas por 369 crianças. As escolas hoje são freqüentadas por 331.000 crianças e em 8 centros de ensino superior estudam 16.000 jovens. Nos centros de investigação científica trabalham 1.400 pesquisadores. A economia do país emprega 40.000 especialistas. A Tartária, terra clássica de barbárie, de gente nômade, tem hoje 3.500 "plantas industriais", 742 kolkoses e 52 sôvîkoses.

E por que é esse milagre?

Porque nesses países os recursos que não se utilizavam, que jaziam adormecidos, ou que só eram subutilizados, foram integralmente mobilizados. Porque todo o seu potencial produtivo e o excedente social disponível que permaneciam ociosos foram liberados, no solo, no subsolo, pelo homem, através do homem e para o homem, o homem valorizado pela Cultura, pelas liberdades civis da Democracia e as liberdades econômicas do Socialismo.

E com êsses países centro-asiáticos que emergiram do mais secular atraso que importa comparar, para uma avaliação objetiva dos sistemas sociais, o socialismo e o capitalismo.

Mas se não quisermos ir tão longe, é no nosso Continente que vamos encontrar recente prova.

O Enquanto os Estados Unidos correm sôfregos querendo salvar a América Latina da revolução, tudo que nos têm a oferecer, e oferecem como remédio heróico, é uma taxa de crescimento de 2,5% ao ano.

Ora, em Cuba o crescimento do produto territorial bruto entre 1958-1960 foi de 22%, ou seja, de 10,5% em média por ano — uma das taxas de crescimento mais rápidas conhecidas não só na América Latina como em todo o mundo. (1) Rápida está sendo a transformação do país do Caribe. De Nação Agrária converte-se em Nação Industrial. Essa transformação se reflete no extraordinário avanço da produção *per capita* de aço, energia elétrica, cimento, tratores e refino de petróleo. Cuba avança no sentido de vir a ser o segundo produtor mundial de níquel. Em 1965, sua produção será de 70.000 toneladas métricas, cerca de 30% da produção mundial. Está também prevista a produção de 2.600 toneladas métricas de cobalto metálico, bem como o início da transformação da indústria açucareira em sucro-química. Está em curso igualmente a instalação de 205 novas indústrias. Para incrementar o processo de desenvolvimento, a pequena ilha contratou créditos no montante de 200 milhões de dólares com a União Soviética; 60 milhões de dólares com a República Popular Chinesa; 40 milhões de dólares com a República Socialista da Tcheco-Esvlováquia; 15 milhões com a República Popular da România; 15 milhões com a República Popular da Hungria; 12 milhões com a República Popular da Polônia; 10 milhões com a República

Democrática Alemã; e 5 milhões com a República Democrática da Bulgária.

Quando a ajuda soviética (1) se está fazendo na Índia, na Indonésia, no Afeganistão, na Birmânia, na Guiné, no Iraque, na Cambodja, no Ceilão, no Nepal, no Iêmen e no Egito, onde os russos estão montando 300 empresas diversas; e quando Cuba obtém dos países socialistas 100 fábricas, não é apenas ridículo, é ofensivo o que em Punta del Este se preconizou para a América Latina.

✓ E que fez o Brasil?

Conformou-se, dobrou-se. Alapardou-se. Ao inicio da Conferência, a agenda apresentada incluía uma série de medidas que contemplavam pelo menos alguma consistência e que, reforçadas pelo poder de barganha da situação pré-revolucionária do Continente, poderiam servir de ponto de partida para a criação de um início de política objetiva de desenvolvimento. Entre estas medidas estavam a reforma agrária e a reforma tributária. Que fez o Brasil?

✓ De mãos dadas sobretudo com as delegações reacionárias da Argentina e do Peru, apresentou o documento de número 105.

Esse documento, confrontado com o próprio programa da *Aliança para o Progresso*, era de um tal reacionismo que colocava o programa da *Aliança* em termos de uma plataforma rubramente radical. A *Aliança* tornava imperativa a necessidade da reforma agrária. O documento 105 passou a recomendar a reforma agrária apenas quando fosse necessária, vale dizer, baniu a reforma agrária do temário. Mas, linhas adiante, restabeleceu o tema, o que significa que além de re-

(1) Consultar a propósito o estudo de JUAN F. NOROLA, *La Revolución Cubana y sus efectos en el desarrollo económico*, in *El Trimestre Económico*, n.º 11, julho-setembro, México, 1961.

(1) Sobre a ajuda soviética ler o informe insuspeito de *Desenvolvimento & Conjuntura*, órgão da Federação Nacional da Indústria, n.º 9, Ano IV, Rio de Janeiro, setembro de 1960.

trígrado, o 105 era contraditório. Ou melhor, uma farsa. Ainda mais: o 105 subvertiu a orientação sobre as medidas a curto prazo, e manteve fórmulas vagas sobre a ajuda financeira proveniente dos Estados Unidos. Transformou o CIES num superestado, ao qual atribuiu poderes de revisão anual dos programas nacionais de desenvolvimento, em flagrante violação à soberania dos Estados americanos. Passou como gato sobre brasas em relação ao problema da industrialização. Em síntese: o documento 105 significava um retrocesso, e por tal forma clamoroso, que provocou reação tão energica que a Delegação Brasileira não teve como defendê-lo. Foi substituído pelo Documento 70. Um caso de opróbrio nacional.

* * *

Em Punta del Este não houve apenas o documento 105. Quando a Delegação de Cuba perguntou se o seu país estava ou não incluído na Aliança e pediu, no ínicio dos trabalhos, que fosse dada pronta resposta à sua interrogação, sobre a Assembleia caiu um covarde silêncio. A Delegação Brasileira não o quebrou. Ninguém pediria que ela respondesse dizendo que Cuba estava na Aliança. Seu dever era, honrando as tradições da diplomacia brasileira, declarar que o Brasil não votava pela discriminiação contra qualquer país da América Latina.

Não o disse. Nem o princípio da não-discriminação nossos delegados defenderam.

Antes de a Delegação Brasileira ir a Punta del Este, o Sr. Jânio Quadros a reuniu em Brasília.

Não houve diálogo. O Presidente fêz apenas algumas incisivas recomendações. Não admitiu que da Conferência não saíssem medidas concretas. Não aceitava que a Conferência deixasse de ser econômica para ser

política. E recomendou que se os Estados Unidos quisessem transformar a Conferência num instrumento da guerra fria, e faltassem aos deveres de cooperação internacional concreta, que a Delegação Brasileira abandonasse a Conferência.

As recomendações oficiais não foram observadas.

Como estava integrada a Delegação Brasileira que agiu de forma tão diametralmente oposta à linha política externa do Presidente? Era integrada pelo creme, a nata do entreguismo nacional. Os nomes dos Srs. Roberto Campos e Edmundo Barbosa da Silva como principais membros da Delegação davam a medida da Missão Brasileira. Apenas o seu Conselheiro Especial era a ovelha negra desse docié rebanho. Por isto teve que abandoná-lo.

O Conselheiro Especial era o Governador do Estado do Rio Grande do Sul — Engenheiro Leonel de Moura Brizolla. Desligou-se da Delegação, para não compactuar com sua ação antinacional.

Eis o texto, na íntegra, e que agora se divulga pela primeira vez, da carta que o Governador Leonel Brizolla enviou ao Ministro Clemente Mariani, desligando-se da Delegação Brasileira:

"Punta del Este, 10/8/1961.

Exmo. Sr. Ministro CLEMENTE MARIANI. A designação de S. Exa. o Sr. Presidente Jânio Quadros para que o Governador do Estado do Rio Grande do Sul integrasse a Delegação de nosso País a Conferência de Punta del Este, na qualidade de Conselheiro Especial, constituiu uma grande honra para o povo gaúcho e para mim, pessoalmente. De outra parte, essa investidura, eu a recebi como uma oportunidade para prestar, como me fosse possível, serviços à Nação e também aos nossos irmãos da América Latina. Empreguei todos os meus esforços na determinação de corresponder à missão recebida, atento às recomendações de S. Exa., o Sr. Presidente da República. V. Exa., e seus dignos colaboradores são testemunhas do permanente empenho com que procurei, desde Brasília até este momento, entrosar-me nos trabalhos da Delegação, correspon-

dendo, dessa forma, ao mandato que me fôra conferido pelo Governo do meu País. A despeito dos gestos de cortesia e dos esclarecimentos de V. Exa., dos Embaixadores Barroso da Silva e Roberto Campos e de outros membros de nossa representação, verifico que a Delegação brasileira vem firmando orientação e assumindo posições em relação aos assuntos constantes da agenda da Conferência sem que me fosse dado participar ou ter prévio conhecimento dos estudos e decisões. Tal circunstância não teria maior significação, se a tôdas as decisões e posições assumidas como também a muitos aspectos sob os quais vem a nossa Delegação considerando os problemas latino-americanos, nudessem eu emprestar a minha cordialidade e solidariedade. É com pesar, pois, que comunico ao eminent e digno patrício que decidi declinar do honroso mandato recebido, regressando ao meu Estado, onde me aguardam as responsabilidades do cargo que exerço e no qual permanecerei à sua disposição. Mais uma vez expresso a V. Exa. e a todos os integrantes da Delegação os meus agradecimentos pelas atenções pessoais com que me distinguiram.

Governador LEONEL BRIZOLA

A composição da Delegação Brasileira era a mais contra-indicada para cumprir as recomendações presidenciais. Sua atuação não poderia deixar de ser o que foi — uma conspiração contra a política externa do Presidente.

Em Punta del Este, de 5 a 15 de agosto, repontou um dos fios da crise que, onze dias depois, desembocaria na renúncia do dia 26.

* * *

de uma revolução — mas de uma revolução que congelou. E, por isso mesmo, não pode mais ser repetida por nenhum outro povo ou país.

Para manter a liderança do mundo, os Estados Unidos precisariam continuar sendo os campeões das revoluções, da fala do juiz William Douglas.

Como, porém, se os Estados Unidos, pela sua estrutura política, são hoje uma das mais velhas nações do mundo — “mais velha do que a Grã-Bretanha socialista, a Quarta República Francesa, ou qualquer república soviética, mais velha mesmo do que qualquer governo das terras imemoriais do Oriente”? (1)

Por sua vez, os Estados Unidos perderam a comunicação com as esperanças e aspirações dos povos jovens.

Por sua caducidade histórica tornaram-se reacionários. Pois no dia 4 de julho, precisamente um mês antes do discurso do Sr. Dillon, o Sr. Kennedy pedia ao Congresso “um programa militar especial destinado a garantir a segurança interna da América Latina contra a subversão”. (2) E no dia 24 de outubro o Sr. Adolfo Berle, presidente da Missão Especial para a América Latina pregava a intervenção armada dos Estados Unidos

(1) CRANE BRINTON, *Anatomia das Revoluções*, Editorial Fundo de Cultura S. A., Rio, 1958.

(2) “Nova York, 4 (Associated Press) — O jornal “The New York Times” disse, hoje, que o governo do presidente JOHN F. KENNEDY solicitou ao Congresso “que autorize o que chega a ser um programa militar especial destinado à segurança interna da América Latina”. O jornal, num despacho de Washington, diz que este programa, que deverá custar pelo menos 21 milhões de dólares no novo ano fiscal iniciado a 1º do corrente, “representa uma modificação radical na ênfase de programas militares para o hemisfério ocidental, desde 1952.”

dos nos países da América do Sul, a pretexto de sufocar revoluções. (1)

✓ Não podem ser mais campeões das Revoluções.
Só podem ser campeões das Contra-Revolução.

Diz o jornal que, até agora "o objetivo principal sempre havia sido equipar e treinar certas unidades aéreas e navais para a defesa conjunta do hemisfério contra um ataque externo. A nova ênfase é na defesa interna contra a subversão". O "Times" acrescenta que dos 741 milhões de dólares que o governo está solicitando este ano, em ajuda militar para a América Latina, 21 milhões "foram separados para equipamentos anti-subversivos". O jornal finaliza que "esta é a primeira vez que se faz uma solicitação específica para esta espécie de equipamento, que anteriormente havia sido fornecida em tempos de emergência". (Folha da Tarde, Porto Alegre, 4/7/1961).

(1) "Storrs Connecticut, 24 — A intervenção armada dos Estados Unidos em países sul-americanos onde haja revoltas causadas por potências estrangeiras é legal e moralmente justificada, afirmou, na noite de ontem, o especialista americano em questões latino-americanas, Adolf A. Berle. Numa conferência proferida na Universidade de Connecticut disse que "defesa não é intervenção". Em casos extremos, há uma situação legal por qualquer ação defensiva que possa ser necessária contra o ataque armado". Berle, que foi presidente da "Missão Especial à América Latina", criada pelo presidente Kennedy, acrescentou que "os Estados Unidos não podem cooperar com governos cujo objetivo, declarado ou inconfesso, é unir-se à União Soviética para a destruição dos Estados Unidos". Susentou que "o Departamento de Informações dos Estados Unidos não deve ser meramente uma agência informativa. Deve realizar propaganda franca, assim como transmitir informação. Deve sustentar sua causa com argumentos convincentes e honestos". (UPI) (Transcrito do Correio da Manhã, Rio, 25 de outubro de 1961).

A Guerra Civil Oculta

Veio a mim a palavra de Jeová, dizendo: Filho do Homem, fala aos filhos do teu povo e diz-lhes: Quando eu fizer vir a espada sobre a terra, se o povo da terra tornar um dos seus e o constituir por seu ataláia; se, quando ele vir que vem a espada sobre a terra, tocar a trombeta e avisar o povo; então todo aquele que ouvir o som da trombeta e não se der por avisado, se vier a espada e o alcançar, o seu sangue será sobre a sua cabeça. Ele avisou o som da trombeta, e não se deu por avisado; o seu sangue será sobre ele. Porém, se se tivesse dado por avisado, teria salvado a sua vida.

EZEQUIEL

L'amour en action, voilà la révolution!

"A reivindicação da humanidade à vida, ao desenvolvimento e à felicidade não requer justificação. Ela se mantém ou desaparece com essa proposição, que é a única premissa indemonstrável e irrefutável".

PAUL BARAN

Quem pode dizer que a raça... não tem o direito de protestar perante o mundo e perante a História contra o procedimento do Brasil? Esse direito de acusação...

JOAQUIM NABUCCO

UNICAMP

Biblioteca - IFCH

IFCH 312923

S* E É VERDADE QUE CADA REVOLUÇÃO, COMO observa Nöel Pierre Lenoir, contém uma guerra civil em germe, não é menos verdade — acentua o autor de *Sociologie de la Révolution* — que é a contra-revolução que geralmente desencadeia a guerra civil.

• Quando a contra-revolução visa deter, frustrar ou fazer abortar uma revolução nacional, entendida revolução nacional como o processo de emancipação de um povo, a contra-revolução “é, em realidade, uma guerra estrangeira”. Equivale a invasão estrangeira.

• A forma clássica da contra-revolução é o golpe de Estado.

• A crise brasileira confirmou todos esses conceitos da sociologia das revoluções.

O golpe de Estado de 25 de agosto, dissimulado na renúncia de um Presidente e claramente desmascarado no veto militar à posse de outro Presidente, começava a desintegrar-se ante a resistência do Rio Grande do Sul, quando foi substituído por uma manobra das velhas oligarquias. Elas apresentaram, como remédio contra a crise, a deflação de um mandato presidencial.

Antes de entrar na análise do mérito dessa solução é preciso, desde logo, marcar o seu caráter reacionário, pois foi solução destinada a neutralizar a ascensão ao poder das forças políticas de origem popular.

E um paradoxo.

Guerra civil é um conceito que está implícito no próprio conceito de contra-revolução. Logo, quando esta foi desencadeada pelo golpe de Estado, os golpistas já haviam colocado o país sob iminência da guerra civil. Como desejavam evitar êles o que êles mesmos estavam provocando?

Além do mais, quando analisamos objetivamente os acontecimentos de agosto último, que se verifica? Verifica-se que nenhum dos outros Exércitos Brasileiros, o I, o II e o IV, pela maioria esmagadora de seus corpos, estava decidido a fazer frente ao III Exército, quando não fosse por outros motivos, seria pelo fato de estarem todos obrigados a acumular, com as funções de Forças Armadas, as funções de polícia. Isto porque, enquanto no Rio Grande do Sul a população civil estava solidária com o III Exército, nas outras unidades da Federação existia o grave problema de manutenção da retaguarda civil. E ela imobilizava a ação do I, II e IV Exércitos. Desta forma, as possibilidades reais de um choque de grandes proporções estavam praticamente anuladas. Quando o golpe parlamentar foi desfechado já se havia tornado patente que os ministros militares e o General Cordeiro de Farias não comandavam ou controlavam as tropas que diziam ter a seu dispor. Por isto foi que o golpe militar entrou em maré-vazante. Sendo assim, como é evidente, não havia guerra civil nenhuma a evitar. Havia *outra coisa* a evitar, não a guerra civil. Por que, então, se usou o remoto argumento da guerra civil que, se ocorresse, seria em primeiro lugar da responsabilidade dos golpistas e não de quem se opunha ao golpe?

E por que só agora falavam contra a guerra civil precisamente os que não hesitaram ante o risco de provocá-la quando se largaram no golpe?

A guerra civil, a necessidade de evitá-la, não foi razão invocada por motivos generosos, mas ato farisaico.

Vamos admitir, porém, que as classes dirigentes brasileiras portem um profundo sentimento de amor e de respeito pela vida humana, de onde lhes causar repulsa o derramamento de sangue, a morte, a destruição de vidas.

É exato?

Ou estamos diante de uma impostura?

O amor, o respeito, o apreço pela vida humana não se manifestam apenas no desejo de preservá-la de uns tiros no meio da rua. Evitá-los é sempre um dever; e para não citar outros exemplos, fiquemos num, bem da história contemporânea.

A reação apresenta invariavelmente a Revolução de Outubro, na Rússia, como o protótipo da primavera de sangue. Quem quer que leia a história da Grande Revolução sabe, porém, dos desesperados esforços empregados por Lenin para evitar, em 1917, derramamento de sangue, e para reduzir o choque insurreccional ao mínimo. Aí estão as famosas *Teses de Abril*, em que Lenin ainda admitia que a revolução se fizesse pacificamente. E se tal não ocorreu, a responsabilidade desse fato cabe às forças da reação, intransigentes e implacáveis. Precisamente porque é com a reação que está em germe a guerra civil, desencadearam-na.

O caráter sangrento das revoluções não depende dos líderes revolucionários, mas dos que à revolução opõem, em nome de seus privilégios, encarniçada reação.

Oulta ou declarada, em estado de potência ou de ato, a guerra civil está é com a contra-revolução. Vejamos como o Brasil é um largo campo de batalha dissimulado, em que vidas brasileiras são sacrificadas minuto a minuto sem que êste fato sensibilize as classes privilegiadas.

A morte é uma só, sendo tão iníqua quanto provocada por metralhadoras, ou por esta outra arma fria e silenciosa que é a miséria.

No Brasil, em apenas uma região, o Nordeste, a média da vida humana é de vinte e sete anos. Quer isto dizer que não é preciso que estourem revoluções nas ruas das cidades nordestinas para que 50% dos nortistas morra antes dos 30 anos. Morrem jovens, numa guerra que não vêem, mas pela qual são inexoravelmente atingidos. E ninguém se emociona, e não se ouve uma palavra de revolta contra esta cruel e sistemática destruição do nosso patrimônio humano, — destruição produzida por quem?

Não pelas balas de uma revolução, mas pela guerra civil oculta que tem o nome de miséria. A guerra civil dissimulada na fome. A guerra civil dissimulada na pobreza. A guerra civil oculta, mantida pelos privilégiros que a reação protege.

Em Recife, e num só bairro do Recife, Casa Amarela: ali, entre mil crianças nascidas, morrem, mais de quinhentas. Quem as mata, quem as sacrifica, senão a pobreza, senão a miséria?

Contra esta cena bíblica da imolação dos inocentes, quem protesta, quem clama, quem se revolta com este sangue que se derrama, das crianças que morrem e das mães que se estiolam gerando filhos que vão morrer? Amazônia, extremo-norte.

Cito apenas um muni-
cipio: Eirunepé — de cada mil crianças, oitocentas des-
saparecem no primeiro ano de vida. Nas cidades do in-
terior do Pará, como Breves, até recentemente não exis-
tia uma única criança.

Agora, no extremo-sul. Em Guatá, cidade carboní-
fera de Santa Catarina: de 200 crianças que sobrevive-
ram ao primeiro ano, pouco tempo depois sobravam
apenas 30.

Quem destrói estas crianças, senão as doenças pa-
rasitárias, as doenças da fome, as doenças da pobreza
e da miséria?

Não morrem. Morrer é diferente. Elas são truci-

dadas, assassinadas pelas doenças originadas das ultra-
jantes condições de moradia, de subnutrição e de com-
pleto abandono em que vivem. Vivem tão esquecidas,
que ninguém se dá conta de que morrem, porque mor-
rem como vivem. Morrem às pilhas — em Dachau, em
Buchenwald — era assim que seres humanos morriam,
exatamente assim — assassinados. Só que aqui o car-
rasco tem outro nome: fome.

Mas, quem, em nome da humanidade, protesta
contra essa destruição de vidas brasileiras inocentes,
como se fêz nos tribunais de Nuremberg?

Por que a ancilostomose castiga 23 milhões de bra-
sileiros e o bôcio endêmico 18,5 milhões, e a esquistos-
ose 3,5 a 4 milhões?

Por que a doença de Chagas aflige mais de um
milhão de brasileiros?

Por que temos um milhão de tracomas contagi-
antes? Seiscentos mil boubáticos, e quase sessenta e
quatro mil hanseianos?

Por que no Nordeste 50% da população morre antes
dos trinta anos?

Por que vem aumentando, no País, a taxa de mor-
talidade entre crianças de um a quatro anos, mesmo
nas regiões mais desenvolvidas do Brasil?

Por que, de 1950 a 1959, morreram em média cen-
to e quarenta mil crianças de gastrite?

Tôdas as doenças que assolam as populações bra-
sileiras, que dizem em massa homens e mulheres, são
doenças de pobreza e de miséria; são doenças provoca-
das pelas avitaminoses, as carencias alimentares, doen-
ças de fome e de subnutrição. Poderiam ser evitadas.

Por que não as evitam as piedosas classes dirigentes?
Um homem que se sacrifica numa trinchera cau-
sa arrepio à delicada sensibilidade das nossas miseri-

tombe de judeus na Polônia? Enfim, de tudo quanto aconteceu durante os anos críticos em que os nazistas diziam na Europa?

« E acreditar-me-iam se lhes afirmasse que a miséria mata anualmente, em tempo de paz, maior número de crianças de menos de um ano de idade, no Brasil, do que o número total de crianças vitimadas pelos bombardeios nazistas durante toda a última guerra?

Infelizmente é a verdade nua e crua. E sabem que 20% das crianças que nascem anualmente no Brasil morrem antes de atingir um ano de idade?

E que em cada mil bebês nascidos vivos mais da metade morre antes de atingir os cinco anos?

E sabem que, se fizéssemos um quadro comparativo levando em conta, tão-somente as crianças que morrem no primeiro ano de vida, seria como se toda a população do Estado da Guanabara desaparecesse em 6 anos, como se de 6 em 6 meses desaparecesse uma cidade como Niterói; como se em 13 anos riscássemos do mapa toda a população do Estado da Bahia; como se toda a população do País sucumbisse em duas gerações?

Sabem, enfim, que em nosso País morre uma criança cada 42 segundos; morrem 85 por hora e 2.040 por dia?»

« *E ou não é uma guerra civil?* »

Na sua rudeza cínica, um latifundiário de Minas, ao referir-se ao infantícidio generalizado que lava no Brasil, fêz a afirmação singela, simples, mas não menos cruel:

« Se a mortalidade de bezerros fósse, nas minhas fazendas, como a das crianças, eu desistiria de ser fazendeiro. »

Que Nação pode resistir a tão implacável destruição de vidas humanas?

cordosas classes dirigentes, mas a morte aos milhares, indiscriminada, sem grandeza e sem dignidade, e sem decência, que é a morte cultivada pela miséria, esta nauseante morte não emociona, não sensibiliza, não move.

As elites do poder só se comovem com a morte bárbara das barricadas. A morte silenciosa, surda, pela miséria, esta não fere a sua gentil sensibilidade, não toca o seu galante coração.

Clóvis Correia da Costa já demonstrou como as perdas de vidas humanas que poderiam ser protegidas é tão grande que encheriam oito fileiras de sepulturas, cada indivíduo separado do outro apenas por um metro, numa distância de Copacabana à Petrópolis. E ele, o médico, e él, o sábio, e él, o apóstolo da puericultura, perguntou:

« *E ou não é uma guerra?* »

O tisiólogo Valois Soulo mostrou que a tuberculose mata, no Brasil, mais de 100 mil pessoas por ano.

« *E ou não é uma guerra?* »

Oscar Clarck mostrou como em cada dez anos o Brasil perde seis milhões de brasileiros até 16 anos de idade.

« *E ou não é uma guerra?* »

Pompeu do Amaral mostrou que de cada grupo de 100 pessoas que nascem no Rio de Janeiro, 50% deixa de existir aos 19 anos de idade.

« *E ou não é uma guerra?* »

Perde só o Rio Grande do Sul dez mil crianças por ano — a população de uma aldeia. Em dez anos — a população de uma cidade. Uma cidade, como Hinóxi-ma. Quem dirá que não é uma guerra — e contra uma cidade aberta?

A mesma pergunta fêz a escritora Yvonne Jean: « Lembram-se da blitz de 40, que matou tantos e tantos civis na Holanda, Bélgica, na França? Da hecat-

Que Pátria pode resistir a essa guerra civil?
Para esta guerra estamos sequer preparados?
Não.

Em todo o país existem apenas 120 hospitais infantis, incluindo-se nesse número as enfermarias infantis. Temos apenas 2,14 leitos para cada grupo de mil habitantes, quando o índice razoável é de seis a sete por mil.

Mas no Nordeste, ali onde 50% dos brasileiros morrem antes dos trinta anos — bem exatamente, aos 27 anos — temos apenas 0,88 — menos de um leito para cada mil brasileiros.

Aos que se apavoram com a guerra civil ostensiva das armas, esta guerra civil oculta da doença e de falta de recursos hospitalares não preocupa, não inquieta, não emociona, não faz chorar, não revolta.

900 municípios brasileiros não têm um só médico, e enquanto a relação razoável é de um médico para cada mil habitantes nós só temos um médico para cada 2.428 brasileiros.

No Nordeste 78% dos municípios, e 80%, no Norte, não dispõem de nenhuma espécie de assistência hospitalar geral. No Pará, o percentual dos municípios sem assistência hospitalar é de 91,4%. No Piauí, de 93,4% e, no Maranhão, de 93,3%. Em Rondônia, no Acre, no Rio Branco, no Amapá e em Goiás não há leitos para tuberculosos em instituições especializadas, enquanto a incidência da tuberculose, doença tipicamente social, vem aumentando de ano para ano no Brasil. A mortalidade média ainda é, entre nós, de 92 por mil, enquanto na Escandinávia é de 5. Continuamos, pois, sendo uma das áreas mundiais de tuberculose endêmica.

A nossa média anual de mortalidade geral é de 18,5 por mil, média que, na própria América Latina só é igualada ou superada na Guatemala, Bolívia e Equador.

O brasileiro é, dos séries humanos, o de menor expectativa de vida. A média de vida no Brasil é de 46 anos, enquanto na Austrália é de 68 e, na Nova Zelândia, é de 70. Mesmo assim, dentro do próprio país a variação é enorme: enquanto no Rio Grande do Sul a expectativa é de 53 anos, em Mato Grosso vive-se em média 36,3 anos, dezessete anos menos que no Rio Grande do Sul. Um ano menos que no Nordeste.

• Não equivale a uma guerra civil o fato de uma quarta parte das atuais gerações brasileiras não chegar aos 15 anos?

• De menos da metade não chegar a 60 anos?

• Não tem o significado de uma guerra o fato de, das 2.650.000 crianças nascidas em Belo Horizonte 400.000 terem falecido no curso do primeiro ano de vida?

De mais de 1/5 dos óbitos registrados no Rio de Janeiro, entre 1949-1951, terem sido provocados por doenças infeciosas e parasitárias, doenças que, na Holanda, foram causadoras de um pouco menos de um vigésimo do total de óbitos?

• Não significa um desfalque brutal na riqueza do país o fato de a duração média de vida econômica do homem brasileiro ser de 27,3 anos, quando nos Estados Unidos ela é superior a 37,8?

• Onze milhões de brasileiros vivem como sardinha em lata, em habitações insalubres, numa promiscuidade que vai da degradação física à degradação moral.

• No País, é de mais de cinco milhões o número de habitações sem condições sanitárias, e, no interior, em muitas destas habitações, nem a candeia de querozene existe: a única luz é a do dia.

• Nas regiões rurais é comum a nudez completa de meninos de doze a quinze anos, infectados de verminose e corróidos pela *Kwashiorkar*, nome africano da fome maligna.

Aí está uma das causas da destruição da vida humana neste País. Causa eminentemente social: pobreza, miséria.

Dos 20 milhões de brasileiros que vivem nessas áreas, apenas 1/3 usa calçados e, em muitas dessas regiões, como na zona dos cocalis, o salário de um trabalhador é inferior ao preço de um par de sapatos.

E aí que a morte faz a sua ceifa, ajudada pelas afecções inerentes aos baixos padrões de vida. E aí que se desenrola a guerra civil oculta.

O nosso desprezo pela vida humana não se manifesta apenas na álgida indiferença pela morte, a mortalidade infantil, a mortalidade materna, a mortalidade dos jovens, morre que vem de graça na bandeja da poeira.

A guerra civil silenciosa, que abre claros gigantescos nos contingentes humanos do Brasil, ela não liquida o homem brasileiro apenas quando o estropia, o cega, o aleija e o invalida com as doenças de massa; quando o deixa cretinizado, de tanto o brutalizar com o sofrimento e o castigar com o açoite das necessidades impiedosamente desatendidas; quando o faz um apático, um caquético, um destroço humano, um não-homem, um sub-homem.

A guerra civil oculta reveste-se de outras formas — as que induzem ao crime, à prostituição, fazendo que homens e mulheres, bestializados pelo atraso e o abandono, sucumbam na mais escura degradação moral, pela miséria material e espiritual que os assola.

O quadro da Ásia, da África, do Oriente Médio, da América Latina, é também o do Brasil. (1) Quem no

Brasil escapa, na infância, à morte, está na juventude condenado ao crime, ao marginalismo social, ao parasitismo, à subvdia.

Tudo que valoriza, dignifica, exalta, enobrece, eleva o ser humano é negado ao homem brasileiro.

A desvalorização social do homem, eis uma das formas pela qual atua a guerra civil oculta. Aqui está uma de suas frentes de destruição humana.

Se neste país de proscritos existisse apreço pela vida humana, então teríamos como sagrado que:

- a criança nasce antes do parto;
- nenhuma criança deve morrer quando estiver nascendo;
- uma vez nascida, toda criança tem o direito de continuar vivendo.

Que quer isto dizer? Quer dizer que não se pode dissociar o problema da infância do problema da maternidade. E, neste particular, como estamos no Brasil? Neste país, em que a mortalidade infantil alcança níveis de devastação humana, não chegamos a ter mais de vinte e cinco maternidades-padrão. Dêsse fato resulta o quê? Resulta que 8% das crianças viajam nascem mortas; 32% desaparecem por aborto; 20% sucumbem no primeiro ano de vida, e apenas 40% sobrevivem ao primeiro ano. Calculando a mortalidade em 30 por mil, como média geral, temos que nascem anualmente, no Brasil, 1.200.000 crianças. Nasce uma criança em cada 24 segundos. De 1.260.000 crianças nascidas, morrem 252 mil, no primeiro ano de vida. O quadro é tenebroso: mortalidade infantil: 252.000; mortalidade, 100.100; abortos, 403.200. Total de vidas perdidas: 756.000. E, esta baixa não diz ainda tudo, porque aqui não há referência às práticas anticoncepcionais... Feita esta exclusão, que só agrava o problema, temos que em cada 42 segundos morre uma criança brasileira; morrem 85 por minuto, e 2.040 por hora.

(1) A estrutura social, comparada à de outros países da América Latina, torna o Brasil muito semelhante às regiões subdesenvolvidas da Ásia — PIERRE MONBEIG, *O Brasil, São Paulo, 1958.*

É assim no resto de nossa América? Tomando por base o coeficiente por mil, para fixação das taxas de mortalidade infantil, temos: Estados Unidos, 46,6; Canadá, 63,4; Paraguai, 79,4; Argentina, 84,3; Uruguai, 89,1; Guatemala, 104,7; Honduras, 105,1; Cuba (antes da Revolução), 116,7; Salvador, 118,2; Peru, 121,6; México, 127,5; Venezuela, 129,3; Costa Rica, 132,4; Colômbia, 151,6; Equador, 152,0; Brasil, 217,2; Chile, 240,6. O trágico privilégio do mais alto índice de mortalidade infantil, que pertencia ao Chile, foi, a partir de 1947, arrebatado pelo Brasil que passou a assumir tão dramática liderança no Continente. Se compararmos o comportamento desses índices entre as cidades brasileiras e outras cidades, então a mente humana se obscurece. Tomando sempre por base o coeficiente por mil, temos: Varsóvia, 133; Tóquio, 103; Bruxelas 78; Roma, 75; Munique, 72; Barcelona, 69; Viena, 69; Hamburgo, 62; Buenos Aires, 59; Nova Iorque, 52; Detroit, 51; Roterdã, 45,9; Zurique 40,8; Amsterdã, 40,6; Estocolmo, 40; Wellington, 39,6; Oslo, 35; Haia, 34; Copenhague, 30; Vitória, 145,7; Niterói, 170,0; Guanabara, 170,0; São Paulo, 126,0; Curiúba, 124,0; Belo Horizonte, 153,7; Cuiabá, 160,7; Manaus, 217,5; Belém, 199,0; São Luís, 226,9; Pôrto Alegre, 223,1; Fortaleza, 257,9; João Pessoa, 246,1; Recife, 285,8; Aracaju, 264,5; Salvador, 264,9; Florianópolis, 267,7; Goiânia, 269,3; Teresina, 333,4; Natal, 343,2; Maciê, 386,9.

Por que, por que esses índices?

* Miséria, pobreza, indigência, ignorância. Desses males sociais morrem as crianças, e morrem também as mães. A gestante morre de miséria, de subnutrição, de sífilis, de hipertensão arterial, eritroblastose. Durante o parto morre a gestante quase sempre pela falta absoluta de assistência obstétrica adequada. A miséria e a ignorância abrem campo para as curiosas. Em 200 par-

tos, no Rio de Janeiro, as curiosas interferiram 132 vezes. A mortalidade materna tem quase as mesmas causas da morti-natalidade. Morrem as mães em consequência do estado de inferioridade econômica e cultural, analfabetismo, má habitação, hábitos anti-higiênicos, falta de cuidados pré-natais e pelo desamparo obstétrico durante o parto. E as crianças? Preponderantemente por fome, subfome, desnutrição intensiva e generalizada. O Professor Castro Barreto dá, nesse sentido, impressionante depoimento: nas zonas rurais, onde o brasileiro é mais acentuadamente prolífico, o período de vida infantil menos ameaçado pela morte é exata e paradoxalmente o mais difícil: o primeiro ano do bebê. E por quê? Porque desfruta êle, nessa idade, do incomparável recurso do seio materno. Logo no ano seguinte, quando entra em uso uma alimentação inadequada e errada, surgem as ameaças que não só perturbam o crescimento do infante como também debilitam e anulam a sua resistência e a sua capacidade de defesa contra as agressões do mundo externo. E a hora em que as anemias, as verminoses, os distúrbios gastrintestinais e a tuberculose descem sua espada sobre as multidões infantis. Que a origem de tôda a catástrofe está basicamente na miséria, eis a prova: inquérito provou que nas Escolas do Engenho de Dentro (Guanabara), apenas 4,3% dos alunos tomavam leite mais de uma vez por dia; 19,4% tomavam leite apenas uma só vez ao dia (130 gramas); e 76,3% não tomavam absolutamente leite. A cota de leite que o brasileiro consome, *per capita*, — uma média diária de 20 gramas — importa numa prova irretorquível de nossa miséria. Essa cota é: na França; 134,0; Holanda, 235,2; Hungria, 246,4; Bélgica, 257,6; Áustria, 275,6; Estados Unidos, 420,0; Noruega 632,8; Dinamarca, 700,0; Suécia, 832,8; Suíça, 1.024,8; Alemanha, 900,9; Brasil, 20,0.

Os brasileiros que conseguiram escapar à condenação à morte na infância, quando chegam à idade escolar que lhes acontece?

Dos oito milhões de brasileiros que estão nessa idade só quatro milhões frequentam escolas. E desses quatro milhões só quatrocentos e sessenta mil concluem o curso primário.

A população brasileira entre sete a doze anos é de 12,5 milhões. Desses 12,5 milhões, sete milhões não têm escola.

A população entre onze e dezoito anos é de quatorze milhões. Desses quatorze milhões só novecentos e cinqüenta mil têm escola.

Na Universidade só têm acesso menos de 5% da juventude brasileira.

De uma população de mais de sessenta milhões, apenas um milhão tem ensino secundário completo, e cento e sessenta mil, educação superior.

Além de a rede do ensino primário não chegar a atender 60% das crianças em idade de escolarização, somente 18% dos matriculados na primeira série chegam à quarta série, e dois terços não ultrapassam as duas primeiras séries.

Num país que precisa de médicos para proteger a vida humana, aos quatorze mil jovens que concorrem às Faculdades de Medicina são oferecidas apenas mil e oitocentas vagas.

Num país que precisa de técnicos para acelerar seu processo de desenvolvimento econômico, para doze mil candidatos às Faculdades de Engenharia existem apenas duas mil e oitocentas vagas.

Até há três anos, enquanto os Estados Unidos, para cada grupo de mil habitantes, mantinham em escolas superiores 1.773 estudantes; o Japão 960; a França, 410; a Argentina, 383; o Chile, 237; a Índia, 212; o Brasil mantinha exclusivamente 130.

Nessa época as Universidades Russas graduavam, em ciência pura, doze mil estudantes, e sessenta mil em ciências aplicadas.

No país que mostra tal desprezo pela dignificação cultural da pessoa humana, como o Brasil, pode-se admitir que as classes dirigentes ostentem uma atitude de respeito pela morte, se não respeitam a vida?

Esteve recentemente entre nós, no Nordeste brasileiro, o cientista francês René Dumont. Ao tomar conhecimento do salário do trabalhador nordestino, mais baixo do que o salário mínimo vigente em 49 nações por lá estudadas, não conteve seu impulso de revolta, e acusou os barões feudais do Nordeste da prática de genocídio.

Genocídio é crime contra a humanidade, cometido com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional. É assassinato coletivo.

Genocídio equivale a guerra civil. Genocídio praticado através de formas econômicas, eis a guerra civil oculta.

No Nordeste as provas de genocídio estão flagrantes na revelação de que: de 100 mil habitantes de Teresina, 20 mil são tuberculosos; de que, no Piauí, para cada 1.000 crianças em idade escolar apenas 2 (duas) têm vaga nas escolas do Governo, e em todo o Estado, até 1959, não existia sequer um leito para cada mil habitantes — tudo o que existia era 0,3 de leito para cada mil pessoas, ali, onde a verminose, a amebiose e outras enfermidades da miséria corroem o ser humano.

No Maranhão, após viajar pelo interior horas e horas, o viajante, súbito, encontra, na solidão daqueles ermos, uma casa. Bate à porta e ouvirá a resposta tradicional: *Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo!* Mas ninguém aparece: Por quê? Porque quem responsável do interior da choga, toda feita de palhas, em geral

é mulher, jovem ou menina — e não aparece porque, está nua. Não há roupa. A vida humana degrada-se ao nível de ultrajante animalidade. No Maranhão 75% de analfabetos; 1 único médico para 65 mil habitantes do interior; em todo o Estado só uma única cidade tem serviços de esgotos; 4 watts de capacidade instalada contra 75 w. de média nacional.

No Piauí, na segunda década deste século XX, o botânico alemão Philipp Von Luetzelburg, ao passar pelo lugarejo de Puxá, quando fazia o levantamento fitogeográfico da região, não encontrou, tamanha era a indigência, quem lhe pudesse oferecer sequer uma caneca d'água.

Tudo nesse Nordeste afronta: lá, onde a miséria é o rôlo compressor que tritura hoje 25 milhões de brasileiros, um deputado federal, Sr. Ademar Carvalho de Souza, gastou vinte milhões, numa festa de casamento, e, só num jantar quatro milhões de cruzeiros.⁽¹⁾ Nesse Nordeste, em que a miséria afronta, a indiferença dos ricos afronta mais, e o acinte da riqueza fabulosamente concentrada nas mãos de raros, afronta muito mais ainda. Na área das plantações, em pleno Século XX, vigora o *jus primae noctis*, o direito de primeira noite que, no coloquial nordestino, é chamado de *direito de pernada*, medieval e infamante.

E a região do assassinato sem punição, da lavoura arrancada pelo dono da terra, do mocambo queimado pelo senhor do engenho, das selvagens agressões contra o ser humano.

São o Nordeste e a região são-franciscana de Minas Gerais as áreas brasileiras em que a dignidade e o valor da pessoa humana são degradados ao último vilipêndio, na figura indefesa da mulher pobre. Documenta-o An-

tônio Callado, em seu forte livro sobre a região das sêcas:

Há 13 anos que trabalha para Marques a menina Iracy, que tem agora 17 anos, pele clara e rosada de portuguesa e olhos pretos. Mora com a mãe e há tempos vinha sendo perseguida por Guedes. Coisa de uns cinco meses atrás, Guedes a surpreendeu sósinha, trabalhando na roça, e, antes de importuná-la com as propostas de costume (que jamais incluiram a de casamento, pois Guedes tem mulher) perguntou onde estava a mãe de Iracy.

— Estú trabalhando em Sant'Ana, farinhando.

Guedes tranquilmente tirou o revólver e apontou a ponta de milho no chão:

— Deita aí.

Iracy tentou obter socorro da irmã menor, Maria Pequena, mas já estava entre os braços de Guedes. Isto aconteceu "do mês de São João para o mês de Sant'Ana", e a Iracy, que não é menina medrosa, custou a contar o caso à mãe, mas contou-o logo ao proprietário Luís Marques. Este achou a aventura do feitor muito engracada, avisou Iracy de que o feitor era capaz de matá-la se ela desse com a língua nos dentes, e fez ameaças de despejo: condiciera (isto é, não paga fôro, paga em trabalho) analfabeto e portanto tendo apenas um contrato oral que não vale nada, Iracy já quase perdeu a fé na justiça, que não encontra, que não vê funcionar. Guedes ainda não a matou, mas à guisa de aviso matou toda a criação de Iracy: começou o assassinio pelos bichos. ⁽¹⁾

Essa é a região em que as meninas se prostituem aos 12, 14 anos; em que os pais dão os filhos porque não os podem养iar; é a imensa região brasileira em que a pobreza é tão grande, o mundo tão sem horizontes, que as suas populações estão ficando idiotizadas, transformado-se em multidões sonâmbulas, apáticas, indiferentes a tudo, à vida e à morte.

Sem aspirações, 90% dos brasileiros dessa região apodrecem na mais abjeta miséria, como a que só se

(1) ANTÔNIO CALLADO, *Os Industriais da Serra e os "Galeões" de Pernambuco*, Editória Civilização Brasileira, S. A., Rio, 1960.

encontra nas áreas do Extremo Oriente ou do Oriente Médio, no Iemen e na Arábia Saudita, onde há legalmente mercados de compra e venda de seres humanos.

¶ Não é preciso ir tão longe. Os "caminhões negreiros", descendendo com candangos do Nordeste para Brasília, rolam nas estradas sob nossos olhos.

* A sensibilidade moral das classes dirigentes brasileiras é, porém, indiferente a tôdas as formas silenciosas de destruição da vida humana, no Brasil.

¶ Horrorizam-se com a possibilidade de que brasileiros morram numa insurreição popular, mas não se movem com o homem, a mulher e a criança que morrem lentamente corroídos pela miséria física e a indigência espiritual.

¶ Por que haveriam de se preocupar com o destino de um milhão de crianças que, em idade escolar, estão fora das escolas, na Bahia.

¶ Que lhes importa que êsses pequenos seres humanos cresçam para o crime, cresçam para a indolência e a desvalia social, e se convertam em rebotalho da sociedade?

¶ As classes dirigentes só se preocuparão se êsse exército de deserdados, integrado de pais e irmãos, cujas filhas e irmãs se prostituem pela fome, pela roupa, pela ausência de outros meios de viver, e que procedendo do Nordeste e de Minas,⁽¹⁾ enchem os prostíbulos das grandes cidades, se êsse exército de homens execrados ameaçar fazer hoje o que fizeram seus antepassados, com a Balaizada, com os Cabanos, com a Revolução Praieira.

Tirante isto, não lhes importa que, no Brasil de hoje, continue sendo atual o anátema de Carlos Chagas: "A dificuldade de viver só encontra medida exata na facilidade de morrer".

¶ Morrer, que se danem, desde que na humildade dos desfibrados, e não na explosão de cólera e de vindita dos rebelados.

¶ Ah, mas como êles têm medo da cólera dos mansos! Exerço o Direito de Acusação. Ou o ser humano em qualquer das circunstâncias em que se encontre porta uma dignidade essencial e tem que ser tratado na correspondência desse fato, ou então, tudo é falsa cínica.

¶ Que é mais imoral, que é mais contrário à dignidade da vida: êsse espetáculo do massacre sistemático e surdo e pulha de milhões de brasileiros, morrendo como bichos sem dono, ou a morte de alguns, na luta varonil pela restituição aos que sobreviverem da dignidade até então a êles-negada?

¶ Que é mais cruel: a persistência dêsse quadro, ou o sacrifício para baní-lo para sempre do Brasil?

¶ Decerto, melhor seria que os problemas sociais se resolvessem sem o apelo à violência. Mas se à violência for necessário recorrer, que é mais justo: que o país que poreja tantos crimes sofra uma comogação, e se depurare, ou que milhões de seus filhos continuem perecendo imolados na injuriosa guerra de extermínio?

¶ Vós que sois contra a violência revolucionária, por

que consentis na violência que sois vós mesmos, por serdes ricos e fartos, num mundo de pobres e famintos?

(1) Sobre o assunto, consultar H. D. BARRUEL DE LAGENEST, *Lenocínio e Prostituição no Brasil*, Livraria Agir Editora, Rio, 1960.

⑤ Pode-se sempre admitir esta hipótese, porque a revolução social não é necessariamente a insurreição, embora em dadas circunstâncias a insurreição seja necessária à solução do problema básico da revolução, que é o problema do poder.

⑥ Quando dizemos, porém, que a revolução não é necessariamente a insurreição, é porque a revolução consiste primordialmente na criação de condições que possibilitem o progresso social, e a sublevação sempre o retarda. Mas, assim como a insurreição não é revolução também é preciso dizer que a revolução pacífica não se confunde com o reformismo, filosofia pequeno-burguesa, não muito longe de se firmar, inclusive, como linha auxiliar da contra-revolução.

⑦ Pelo seu caráter de mistificação ou, na melhor das hipóteses, de adiamento da decisão revolucionária, o reformismo acaba quase sempre consolidando as situações reacionárias, em vez de ajudar a sua remoção. Entorcepe. Corrompe.

⑧ O caráter de mistificação das reformas é dado pelo fato de que elas não resolvem as contradições fundamentais do capitalismo, cuja distorção básica não reside no regime de distribuição da riqueza, mas nas relações de produção.

⑨ Os fins que as reformas se propõem alcançar, na realidade só podem ser atingidos pela revolução, isto é, pela modificação nas relações de produção. Sendo a produção um fato social, enquanto o seu controle estiver nas mãos de uma classe, as demais classes serão sempre espoliadas. Para que haja justiça nos benefícios sociais da produção, é necessário que a propriedade dos meios de produção reverta à sociedade, e isso só é possível com a reestruturação radical da ordem social. Não é possível alterarem-se as relações sociais sem que antes se alterem as relações de produção. Se se pretende criar uma

sociedade justa, e não apenas atenuar injustiças, outra coisa não há a fazer, senão a revolução. E não se diga, com o exemplo russo, que a violência está necessariamente implícita nas grandes transformações sociais. Quando a Rússia as realizou, não existia no mundo outra experiência de construção socialista. Eis o exemplo da China Continental, que realizou grandes transformações sociais não só com a maior rapidez, como ainda com o mínimo de atritos e fricções. Uma revolução praticamente lograda sem violência. Por que repetir erros revelados numa experiência histórica?

⑩ A Revolução Brasileira. Esta foi pensada pelos melhores homens do Brasil. Já em 1883, Joaquim Nabuco, em *O Abolicionismo*, livro de uma terrível atualidade, compreendera a necessidade de uma transformação revolucionária no Brasil, quando escrevera:

... *esse programa sério de reformas — as que podem ser votadas por leis, apesar de sua imensa importância, são, todavia, insignificantes ao lado das que devem ser realizadas por nós mesmos, por meio de um novo ideal de Estado.*

E, incisivo:

O povo brasileiro necessita de outro ambiente, de desenvolver-se e crescer em meio inteiramente diverso.

Grande e irradiante livro êsse!

Na luta pela libertação do homem brasileiro, Nabuco era contra “as esmolas dos compassivos ou a generosidade do senhor”, — e aqui está o ideário que não é o de um reformista disposto a aceitar grãos para o povo quando a seara é do povo. Eis um renovador radical. Porque o era escreveu *O Abolicionismo*, livro que, como disse, pertence à categoria dos livros que só podem ser escritos pelos ‘que têm a alívio de pensar e a coragem de aceitar as consequências dêsse pensamento’.

Altivez e coragem que estão faltando hoje a muitos brasileiros, inclusive àqueles que se fizeram teóricos de uma filosofia do desenvolvimento nacional, ou os que desfraldaram bandeiras de justiça social. Ambos falaram e falam em abolir privilégios de classe, mas não ousam falar, uma única vez sequer, em alterar as relações de produção, que dão origem àqueles privilégios. Não ouvam ferir a tese certa, nem propor a solução exata: a criação "do novo ideal de Estado".

Precisamos retomar o ideal de Nabant.

* * *

Ainda não somos uma nação, mas apenas um povo à procura de seu destino, porque malogramos todas as revoluções que até agora intentamos. Cada povo só se realiza através de sua revolução nacional. Como realizar a nossa? Teria chegado a hora de realizá-la?

A simples contemplação da vida brasileira mostra que estamos em fase pré-revolucionária. Clássicamente as fases pré-revolucionárias caracterizam-se pela existência de um clima geral de instabilidade; por uma profunda alteração na consciência das pessoas; e por grave crise nas camadas dirigentes — isto, no plano subjetivo.

No plano objetivo, pelo crescimento mais acelerado da pobreza e o violento aguçamento da miséria; ainda pela impossibilidade material de as classes dominantes continuarem como elites do poder, embora o tentem, fazendo concessões. Ao fazê-las, as classes dominantes, ao contrário do que desejam, apressam o processo revolucionário porque, com o simples fato de abrirem mão de alguns privilégios, mostram como a posse e o usufruto deles era ilegítimo, e assim contribuem para o fortalecimento da vontade de mudança social.

Esta é a única condição em que o reformismo atua como agente auxiliar da luta revolucionária. O constante pregão que hoje as élites dirigentes fazem da ne-

cessidade de reformas básicas é a melhor prova de que o Brasil está maduro não para as reformas que são estratagemas dos conservadores, mas para a revolução que é exigência dos pioneiros.

Mas, que tipo de revolução é necessária à implantação da nova sociedade?

Quem contempla a realidade social do Brasil verifica, sem maior esforço, a coexistência no País de vários estágios de civilização, predominando a crosta das relações feudais, na zona rural. Em estreita faixa do território nacional ocorre uma área de economia moderna, com forte penetração de capitais estrangeiros.

Essa coexistência de capitalismo com áreas industriais gera dentro do País um colonialismo interno; — e assim a Nação se dilacera: por via da penetração estrangeira, colonialismo externo; por via dos desniveis nacionais de desenvolvimento, colonialismo interno. Nação desfigurada.

À remoção desta assimetria só poderá ser feita através do que clássicamente se chama de *revolução democrático-nacional*, que é uma revolução antifeudal e anticolonialista.

Mas o pensamento que dominava a cultura política ocidental, até antes da II Guerra Mundial, sustentava a tese de que só se poderia derrogar as relações feudais com a implantação, dentro do País, de uma economia capitalista. Vários países da Europa e os Estados Unidos fizeram a sua revolução democrático-nacional, também chamada *revolução democrático-burguesa*, e, logicamente, adotaram o capitalismo.

Puderam fazê-lo porque quando o fizeram as condições históricas do mundo permitiam tal realização. Mas, a partir do término da II Guerra Mundial as condições históricas mudaram. E a industrialização,

que é o centro dinâmico da revolução democrático-nacional, já pode ser levada a efeito por outro sistema que não o capitalismo.

Ou melhor ainda: justamente pelo capitalismo é que ela não se faz mais.

* * *

Para esclarecer melhor o problema facamos antes uma pergunta: as nações que hoje são desenvolvidas — e, em geral, são nações capitalistas — como conseguiram quebrar o círculo vicioso da pobreza, da qual um dia foram prisioneiras? Ou, formulando de maneira mais direta a pergunta: por que se desenvolveram as nações da Europa Ocidental, enquanto outras nações permaneceram estagnadas?

Para responder a esta indagação o economista holandês Haavelmo escreveu um livro admirável. Não precisamos, porém recordá-lo. As nações hoje prosperas, dizem alguns economistas, conseguiram desenvolver-se graças ao *modelo clássico*. Mas, que é *modelo* ou processo clássico?

Aquelas nações hoje desenvolvidas, *desenvolveram-se* porque puderam fazer a sua acumulação primitiva de capital, base de seu crescimento e de sua expansão econômica, mercê do pacto colonial. Cresceram graças ao predominio que exerceram sobre os territórios e os povos não-autônomos. Graças à pilhagem e ao saque.

Agora, porém, que se desintegrou, em consequência da II Guerra Mundial, o sistema colonial, os países atirados, têm de encontrar consequentemente maiores dificuldades para promoverem o seu desenvolvimento. Eles não dispõem de áreas nas quais possam repetir a política colonial com que os *modelos clássicos* se beneficiaram. Foram saqueados e, agora, não têm a quem saquear. Mudou, está mudando o mundo.

Com a extinção do pacto colonial, a acumulação primitiva de capital, condição básica do capitalismo, chegou a seu fim. "O fato mais importante do mundo moderno" — observa Wright Mills —, é a agonia da acumulação de capital original entre milhões de seres humanos assolados pela pobreza."

Não há colônias mais a explorar — e em não as havendo, como adotar o modelo capitalista, se o seu pressuposto básico era precisamente a exploração colonial?

Mas o fim do pacto colonial, pelo qual a luta de classes fazia-se de uma nação sobre outra nação, de nação rica sobre nação empobrecida, não é apenas o grande fato do pós-guerra.

Ao lado dêle, outro surgiu, com igual magnitude: o aparecimento do mundo socialista, no qual vive hoje um têrço da população universal.

O mundo deixou de ser dominado pela economia capitalista. A formação de um sistema mundial socialista, dividiu em dois o mercado mundial. Eis outra virada na História.

Este fato histórico, irreversível e irreversível, veio trazer à revolução democrático-nacional um novo sentido, diverso daquele com o qual ela se apresentava até antes do término da II Guerra Mundial.

As revoluções democrático-nacionais já não podem ser mais revoluções burguesas. Só podem ser, agora, revoluções socialistas.

* * *

Que têm que ser, então? E por que não podem ser mais revoluções burguesas?

Não podem ser revoluções burguesas, no fundamental, porque o pressuposto do capitalismo deixou de existir, — isto em primeiro lugar. Em segundo lugar, porque as revoluções nos países empobrecidos são verdadei-

guerra contra o Japão e de sucessivas guerras civis; da inflação e do ópio, começa a ser grande potência mundial. Os soviéticos que saíram de igual estágio social e cultural, levaram quarenta anos para se transformarem numa das potências líderes do mundo. O que os russos fizeram em quarenta anos, — observa Wright Mills — a China bem pode fazer em vinte anos.

O *handicap* da China sobre a Rússia, em tempo e realização, ganha maior relêvo quando sabemos que cálculos conservadores feitos por técnicos insuspeitos, — técnicos norte-americanos — atribuem à economia russa um crescimento mínimo de 6% ao ano, enquanto o crescimento médio americano a longo prazo é de cerca de 3%. Então, o impulso chinês é ainda de maior ímpeto e propulsão.

Por que em apenas dez anos deixou a China de ser um museu de economias retrógradas, e caminha na direção de grande potência mundial?

Porque, em vez de fazer, como a Índia, a revolução democrático-burguesa, a China fez um tipo novo de revolução nacional: o único capaz de acelerar a criação do progresso social nos países subdesenvolvidos.

Que novo tipo de revolução democrático-nacional é este, que surgiu como uma diátese do mundo de pós-guerra?

Esse novo tipo de revolução democrático-nacional, que Mao Tse Tung chama de *a nova democracia*, é a revolução democrático-socialista.

As revoluções socialistas são a fatalidade incoerível do nosso tempo. Sendo as revoluções democráticos-nacionais antes de tudo, pela sua própria natureza intrínseca, revoluções sociais, não podem — como agudamente observa Paul Baran — deixar de assumir, de

ras corridas contra o tempo. Como êsses países vivem sob pressão demográfica explosiva, elas têm que atender com maior rapidez às exigências de bem-estar de suas populações.

Não existindo o suporte externo da exploração colonial, os países empobrecidos, se optarem, por qualquer motivo, pela revolução burguesa e o modelo capitalista, terão evolução muito lenta e, por isso, cairão em regime de instabilidade política e insegurança social.

Vejamos um exemplo: a Índia.

Como observa Mills, Índia ainda é sinônimo de pobreza. Em Calcutá, e em outras cidades indianas, cerca de 10% da população vive noite e dia nas ruas. A Índia — diz o sociólogo da Universidade de Colômbia — procura um plano, e as coisas ali não vão bem.

Por que não vão bem?

Quem dá a resposta é outro sociólogo e economista norte-americano, Paul Baran, da Universidade de Stanford: porque a Índia, em vez de fazer mudanças radicais, preferiu fazer pequenas reformas. "O regime essencialmente burguês que hoje governa a Índia é incapaz de oferecer à nação liderança adequada na batalha pela industrialização, ao mesmo tempo em que se revela impotente para mobilizar o que realmente tem importância em todo o movimento: o entusiasmo e as energias criadoras das grandes massas populares, para o combate decisivo contra o atraso, a pobreza e a letargia em que jaz o país."

Em síntese: porque a Índia adotou, para a sua revolução nacional, o obsoleto modelo da revolução democrático-burguesa.

Vejamos, agora, o segundo término da comparação só agora mencionado: a China Continental.

Em dez anos este país tendo emergido de uma economia agrária feudal, da exploração imperialista; da

imediatamente, ao lado do caráter anticolonialista e antiimperialista, um caráter socialista.⁽¹⁾

Neste sentido é concludente o exemplo da Revolução Cubana.

Como é do consenso geral, e está documentado pelos professores universitários norte-americanos Paul Sweeny, Leo Huberman e Wright Mills — Universidades de Harvard e Colúmbia e pelo ensaísta e poeta brasileiro Jamil Almansur Haddad, em seu recente e importante *Revolução Cubana e Revolução Brasileira*, — a Revolução Cubana começou sendo praticamente um pouco mais do que uma revolução liberal. Visava fundamentalmente depor um ditador e erradicar a miséria do país. À medida, porém, em que o governo revolucionário se empenhou na tarefa de erradicação da miséria, foi levado à luta antiimperialista, de onde a revolução automaticamente se ter transformado em revolução socialista, a despeito de ter sido mínima, no seu curso, a participação de comunistas.

Por que isto? Básicamente porque quando um país está empenhado em criar a sua riqueza, e não dispõe de suportes coloniais, ele só tem um meio de forjar o seu crescimento econômico. Este processo é o da mobilização de seu excedente social disponível; do emprego de sua capacidade ociosa; da utilização de todo o potencial produtivo e de todos os adicionais de riquezas existentes; ou seja, a liberação de todas as suas forças produtivas, de todos os seus recursos materiais e humanos até então subutilizados, não utilizados ou só em parte utilizados.

Numa sociedade capitalista que, por força de suas tensões intrínsecas, não funciona nunca à base do em-

prego total de seus recursos, este é um processo impraticável. Só nas sociedades socialistas o desenvolvimento econômico e social é operado através do uso íntegro e intensivo de todos os recursos nacionais — humanos e materiais. Por outro lado, o pleno emprego dos recursos humanos ou seja “o investimento em trabalho”, o trabalho considerado como capital, não ocorre nas sociedades capitalistas que têm, precisamente como uma de suas características, o desemprego desfargado. Há também o fato de uma das leis da economia capitalista ser o desenvolvimento desigual. Por isto, a implantação da revolução burguesa nos países atrasados é inadequada: não atende às exigências de crescimento econômico homogêneo, condição para que o progresso material e cultural seja, com a maior rapidez, levado a todas as regiões periféricas do país e a todas as populações marginalizadas.

Este é o caso da União Soviética. Este é o caso da China Continental.

Este, precisamente, *não é o caso do Brasil* que, apesar de ter recebido forte impulso desenvolvimentista no último quinquênio, viu agravadas as tensões sociais, viu agravadas as disparidades regionais, viu acentuados os desníveis econômicos, tecnológicos e culturais entre as suas diversas regiões, por tal forma que a diferença de renda *per capita* entre o Nordeste e o Sudeste é sensivelmente maior que a diferença de renda *per capita* entre São Paulo e a Alemanha Ocidental. Quer dizer: dentro do País as desigualdades econômicas de uma região para outra passaram a ser muito mais acentuadas do que entre um Estado brasileiro e um país europeu. Também de classe para classe as desigualdades econômicas e sociais tornaram-se mais violentas. De onde as tensões políticas terem adquirido feição explosiva.

(1) PAUL BARAN, *Reflexiones sobre la Revolución Cubana*, in *El Trimestre Económico*, México, n.º 111, julho-setembro, 1961.

* * *

Ocorreu esse pandemônio precisamente porque o Brasil, no último quinquênio presidencial, ao tentar a sua revolução nacional, opôs pela Revolução Capitalista. Por definição, as revoluções nacionais são revoluções antifeudais e anticolonialistas, e isto porque:

1) — Para que se possa estabelecer uma democracia necessita-se liquidar as sobrevivências feudais enquistadas na economia do País;

2) — Porque para completar a emancipação política precisa-se realizar a emancipação econômica, e esta só se faz através da liquidação dos controles coloniais.

Esse era e continua sendo o caminho tradicional das revoluções nacionais.

Com a mudança, porém, da conjuntura internacional, a revolução democrático-nacional também sofreu alteração profunda na sua substância. E isto porque na fase final do imperialismo, o capitalismo passou a ser a negação da democracia.

O último Governo brasileiro não compreendeu esta profunda alteração nas correntes históricas do nosso tempo. E por haver adotado a Revolução Capitalista obtive como resultado efeitos que equivalem aos de uma Contra-Revolução. O Capitalismo é hoje a *Contra-Revolução*.

* * *

Na conjuntura contemporânea a Revolução Capitalista em vez de funcionar como uma Revolução Nacional, lançando as bases de uma democracia real e emancipando a economia do País em que se implanta, opera em sentido contrário, e submete a economia à subjugação imperialista.

A prova deste fato está em que, como salientamos ao longo deste livro, foi no governo do Sr. Juscelino

Kubitschek, o promotor da Revolução Capitalista no Brasil, que se deu, com maior intensidade e virulência espoliativa comparável à pilhagem, a penetração do capital imperialista nos setores básicos da economia brasileira.

Vejamos os fatos, argumentos contra os quais não há réplica.

Como instrumento da Revolução Capitalista funciona, no Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Como atuou até agora o BNDE?

Responda. Éste quadro:	
FINANCIAMENTOS CONTRATADOS PELO BNDE	
<i>A indústrias com capital genuíno nacional</i>	cr\$ 1.000
<i>A indústrias de cujo capital participa capital estrangeiro</i>	6.533.789
PARTICIPAÇÃO DO UNDERWRITING PELO BNDE	
<i>A indústrias com capital genuíno nacional</i>	6.541.000
<i>A indústrias de cujo capital participa capital estrangeiro</i>	1.656.000
INVERSES DAS CIAS. DE SEGUROS	
<i>A indústrias com capital genuíno nacional</i>	1.586.959
<i>A indústrias de cujo capital participa capital estrangeiro</i>	614.254
TOTAL DAS OPERAÇÕES REALIZADAS PELO BNDE (FIN. + PARTICIP. + ADIANT. + CIAS. SEGUROS)	
<i>A indústrias com capital genuíno nacional</i>	20.158.421
<i>A indústrias de cujo capital participa capital estrangeiro</i>	13.246.450

O que mostra, demonstra, comprova esta exposição? Demonstra, prova que, excetuadas as operações feitas com as Companhias sóbre as quais o BNDE tem as maiores responsabilidades, isto é, a COSIPA e a Companhia Nacional de Álcalis:

- 1) Do financiamento a empresas genuinamente nacionais (Cr\$ 6.533.789.000,00) retirado o que foi concedido à COSIPA e a Álcalis Cr\$ 4.288.000.000,00) res-

tou apenas Cr\$ 2.345.789.000,00 para ser aplicado nas indústrias nacionais;

2) Podemos dizer, pois, que as empresas com participação de capital estrangeiro obtiveram largo tratamento preferencial no BNDE, pois foram contempladas com Cr\$ 6.866.196.000,00, enquanto, as demais empresas nacionais obtiveram no mesmo Banco apenas Cr\$ 2.345.789.000,00;

3) Se do total das operações realizadas pelo Banco, sob forma de financiamentos, participação, *underwriting*, adiantamentos e investimentos das companhias de seguros, no montante de Cr\$ 20.158.421.000,00 excluímos as operações realizadas com a COSPA e a Alcalis, temos que para todas as empresas nacionais foram reservados apenas Cr\$ 9.205.420.000,00;

4) De onde a conclusão de que enquanto as empresas genuinamente nacionais obtiveram apenas Cr\$... 9.205.421.000,00, as empresas de capital estrangeiro obtiveram Cr\$ 13.246.450.000,00.

Sabendo-se que o BNDE coleta os seus recursos, 10-mando-os compulsoriamente de todo o povo brasileiro, temos que as empresas estrangeiras que se transferiram para o Brasil, a título de incrementar no nosso País o processo de industrialização, na verdade vieram operar no Brasil não com seus recursos, mas com os recursos do povo brasileiro, absorvidos a título de complementação. Quer isto dizer que o dinheiro do povo é incorporado à economia das empresas estrangeiras, e depois exportado do País sob a forma de remessa de lucros, juros, dividendos e *royalties*.

Aqui está como a Revolução Capitalista nos países subdesenvolvidos, longe de libertar a sua economia a escraviza, tornando-a economia dependente.

Esta é a razão das diferenças do nível de progresso atingido, no pós-guerra, por dois países que, partindo das mesmas condições semi feudais e pré-industriais, o Brasil e a China Continental, chegaram a um abismo distanciácia.

Os resultados foram econômica e socialmente distintos porque, enquanto o Brasil adorava um tipo de revolução nacional que, em verdade, se converteu em contra-revolução, a China Continental adotava o processo que assegura não só a emancipação econômica dos povos subdesenvolvidos, como a elas leva uma forma de organização social capaz de, libertando o homem do reino das necessidades, integrá-lo no universo da liberdade. O fato de o Sr. Juscelino Kubitschek haver sido o líder da Revolução Capitalista no Brasil (1) explica ainda a posição reacionária e oportunista que o ex-Presidente da República assumiu na crise de 25 de agosto...

* * *

A Contra-Revolução, embutida na crise de agosto, desenvolveu-se em três movimentos, como golpe continuado:

No primeiro, assumiu a feição de renúncia, na desistência do Sr. Jânio Quadros; no segundo, de voto militar, na tentativa de impedimento do Sr. João Goulart; e no terceiro, de golpe civil, na mutilação do mandato do mesmo Sr. João Goulart.

Até o *New York Times*, em editorial de primeiro de setembro, viu que o episódio era acionado pelas "fôrcas reacionárias e feudalistas na vida civil e militar que exerceram tão fortes pressões sobre Jânio Quadros e que agora tentam impedir que assuma a Presidência seu su-

(1) Para a crítica do governo Kubitschek, ler FRANKLIN DE OLIVEIRA, *Rio Grande do Sul: Um Novo Nordeste (O Desenvolvimento Econômico e as Disparidades Regionais)*, 2.ª edição, Editora Civilização Brasileira S. A., Rio, 1961.

cessor legal, o Vice-Presidente. Hoje vemos no Brasil, — continuou o *New York Times*, — uma ameaça de Guerra Civil, uma campanha reacionária para impedir as reformas sociais necessárias".

Viu exato: a guerra civil usada como meio de impedir "as reformas sociais necessárias". Mas as forças conservadoras, para darem seu golpe branco, o que aqui dentro do país alegaram foi que a guerra civil em vez de ser obra da reação era obra da revolução.

* * *

As correntes reacionárias para se garantirem na posse do Poder encontraram a fórmula da substituição do regime presidencialista pelo sistema Parlamentarista. As forças democráticas que opuseram ao golpe não tiveram, no primeiro momento, a necessária finura intelectual para distinguir que o mal não estava necessariamente na adoção do sistema Parlamentarista, mas na forma política pela qual ele foi implantado, e que correspondia à complementação civil do golpe militar.

Agora é preciso que o secundário não seja tomado pelo essencial, querendo isto dizer que a chave do problema brasileiro não está nem poderia estar na simples adoção de formas de governo. Aceitar isto seria consagrarr o reformismo. A chave está na solução correta que se possa dar aos problemas econômicos e sociais do País.

Na América Latina, para ficarmos com exemplos bem próximos de nós, temos a prova conclusiva de que não é com reformas políticas que se resolve o problema dos países subdesenvolvidos.

A América Latina é uma vitrina de formas de governo. Em seus países temos o Presidencialismo, o Colégio (Uruguai), o Governo Pendular (Venezuela), o Parlamentarismo, Ditaduras. A presença dessas formas de governo coexiste com as mais violentas formas de atraso econômico e social.

Por outro lado, vemos que o Parlamentarismo ajuda-se às formas monárquicas de governo, como na Noruega, Suécia, Dinamarca, Holanda, Bélgica; às formas republicanas como na França, Itália, Áustria e Alemanha Ocidental. Se o regime Parlamentarista fosse em si mesmo contrário aos interesses do progresso social, como se explicaria que éle seja a forma adotada nas Repúblicas Socialistas e Populares da Tcheco-Eslováquia, da Polônia, Iugoslávia, Albânia, Bulgária e Romênia?

Parlamentarista é a China Continental. Da União Soviética, pode-se dizer que seu governo tem algo de parlamentarista: o chefe é o *Premier*. A mesma coisa pode-se dizer, *lato sensu*, de Cuba: Fidel Castro é Primeiro Ministro. Na Ásia, grande teatro da insurreição anticolonial, são parlamentaristas o Laos, Cambódia, Tailândia, Birma, Índia, Paquistão, Ceilão, Afeganistão, Israel, Jordânia. Na Oceânia, a Indonésia. Outra grande área do mundo subdesenvolvida em que com a mesma intensidade da Ásia está ocorrendo a rebelião anticolonialista é a África. Lá quase todas as novas nações que surgiram com a ruptura do pacto colonial adotaram o parlamentarismo, como é o exemplo de Gana, que tem em N'Krumah o seu Primeiro Ministro. Como é o caso do Senegal, onde aliás o seu grande líder negro, que é hoje um dos maiores poetas em língua francesa, Leopold Sédar Senghor, tenta encontrar uma forma de socialismo ao nível do homem africano.

O problema não está assim numa recusa *in limine* do regime parlamentarista. Muito pelo contrário, entre os próprios teóricos modernos do Marxismo, como F. V. Konstantinov, em livro sobre os fundamentos da filosofia marxista, editado pelo Instituto de Filosofia da Academia de Ciências da URSS, admite-se que o regime parlamentar, com o desenvolvimento pacífico da Revolução Socialista, possa ajudar a resolver bem as tarefas revolucionárias, bastando apenas, para tanto, que se com-

bine a luta parlamentar com um amplo movimento popular.

Ao tratar das possibilidades da Revolução por via pacífica, Otto V. Kuusinen diz no *Manual de Marxismo-Leninismo*, editado sob os auspícios da Academia de Ciências da URSS, que o parlamentarismo pode trazer inúmeras vantagens para a implantação do socialismo, pela possibilidade de tornar ilegítima toda resistência à revolução socialista, pois essa resistência se manifestaria contra a vontade da nação expressa pelo Parlamento. A condição fundamental para que o Parlamentarismo seja um instrumento de mudança social está apenas na formação do Corpo Legislativo Nacional. Se ali as correntes renovadoras conseguirem decisiva maioria, o sistema parlamentar atuará como agente dinâmico da transformação social.

Este é — a formação de um Parlamento Revolucionário — na conjuntura atual brasileira o problema básico. Mas não é o único.

Para que o Parlamento Brasileiro venha a se constituir em instrumento capaz de promover a mudança revolucionária na estrutura social do País é necessário, em primeiro lugar, que o Brasil supere a fase do *populismo*, que é uma ideologia pequeno-burguesa destinada a provocar o entorpecimento dos movimentos de transformação social radical, fazendo do reformismo utópico um *erçaz* da Revolução Social.

A eliminação do *populismo* limpa o campo ideológico, eliminando da área de ação política os oportunistas e os hesitantes.

Ao lado desta tarefa impõe-se uma política de unidade de ação de todas as forças realmente interessadas no processo de radicalização da luta político-brasileira. O objetivo fundamental da radicalização da luta política, enfocando a problemática brasileira como resultante da conjugação de duas forças antagonicas — as

provenientes da pobreza e do atraso dominantes nas áreas confinadas num primitivismo quase selvagem, com os maus sociais resultantes da implantação de um capitalismo incompatível com a democracia, — é acelerar o ingresso do País na via da Revolução Socialista.

Só a Revolução Socialista cria as condições para o ataque simultâneo a todas as frentes de desenvolvimento econômico, de forma que o País cresça rápida e homogeneamente.

Pode pôr em movimento os recursos, as técnicas, os meios e os instrumentos necessários ao combate multilateral à pobreza, que o Brasil exige para romper a barreira do atraso. Precisamos:

1. Liberar 65% da população ativa da agricultura, transferindo-a para os setores industrial e de serviços;
2. Com os restantes 35% não só manter a produção atual, como mantê-la em proporções superiores a 38%, correspondentes à vasta população que se deslocará do campo para a cidade.

Quer isto dizer que o Brasil precisa:

- a) aumentar de 50% a produtividade agrícola;
- b) encontrar ocupação para 6,6 milhões de brasileiros que poderão deixar a atividade agrícola, por este aumento de produtividade. (¹)

Sómente numa sociedade de economia não capitalista será possível mobilizar o gigantesco arsenal de forças e recursos necessários à imediata concretização de tais objetivos. Estes objetivos não são apenas imperativos: são urgentes na sua consecução. O regime de ex-

(1) Em 1960, a distribuição da população brasileira era a seguinte: População total — 67 milhões; População rural — 45,5 milhões; População urbana — 22,5 milhões; População que vive em regime de economia de mercado — 27,3 milhões; População que vive em regime de economia natural — 18,2 milhões.

plosão populacional⁽²⁾ a que está submetido o Brasil exige a imediata e radical transformação de sua estrutura econômica, política e social, sob pena de a Nação desintegrar-se.

Não se impõe apenas corrigir as desigualdades econômicas que afetam as regiões brasileiras. Não se trata apenas de remover as sobreivências feudais — que destroem todas as energias físicas e mentais do brasileiro da área rural, convertido sobre a pressão da miséria no idiota oficializado. Não se trata de corrigir unicamente todas as desigualdades acumulativas que pesam sobre as populações empobrecidas do País, pauperizando-as cada vez mais a cada dia, pois a pobreza não é estática: é um processo e, como tal, tem a sua dramática dinâmica. Não se trata apenas de pôr fim às condições de vida infra-humanas, de subvida, a aquela espécie de surda destruição planificada dos vivos que se manifesta nas nossas taxas afro-asiáticas de mortalidade infantil e de mortalidade geral. Não se trata únicamente de pôr paraíso ao colossal desperdício de recursos humanos que ocorre no Brasil, seja provocado pelas aspirações que fazem do brasileiro das regiões atrasadas um erradico destróio humano. Se não se quiser salvar da destruição esses contingentes humanos, por uma obliterada carência de sentimentos de solidariedade, que elas sejam salvos pelo menos em nome dos interesses econômicos e materiais do País. Pode-se falar nestes

têmpos: os 8 milhões de brasileiros infectados de malária representavam até recentemente 720 milhões de dias de trabalho que anualmente o Brasil perdia.

A consecução de qualquer dessas metas demandaria um titânico esforço. Tomado porém isoladamente, os seus resultados jamais corresponderiam às energias empregadas. Isto porque os problemas econômicos e sociais se inter-relacionam, mantêm conexão profunda, existem em estado de interação permanente. Portanto nenhum deles, por mais que concentrem esforços, será satisfatoriamente resolvido se os demais não forem atacados simultâneamente, no mesmo nível de decisão. Esse ataque múltiplo, este combate em todas as frentes, não é possível nos quadros do Estado burguês. O Estado socialista é o único capaz dessa ação sinérgica.

Na formação da problemática brasileira participam igualmente as sobreivências feudais e as distorções sociais inerentes ao regime capitalista. Ambas coexistem no Brasil, numa mescla trágica, que dá ao nosso País

a 87 milhões em 1970, e a mais de 120 milhões em 1980. Hoje, com 67 milhões já somos a segunda do mundo ocidental. As projeções do nosso crescimento demográfico são explosivas: 68,6 milhões em 1961; 70,4 milhões em 1964; 76,3 milhões em 1965. Os demógrafos afirmam que a taxa de crescimento anual de 2,5 significa a duplicação da população de um país em uma geração. A taxa de crescimento atual do Brasil é de 2,7. Quer isto dizer que em menos de 23 anos temos duplicada a nossa população. Do ponto de vista demográfico já superamos os países até então conhecidos como sendo os de mais alta taxa de natalidade no mundo, e que eram os países da Ásia do Sudeste, da África do Norte e do Oriente Médio, cujo ritmo de expansão demográfica era de 2,5 ao ano. É típico das áreas atrasadas os elevados índices de natalidade. Recente estudo da ONU mostrou como essas taxas são baixas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, enquanto na África atingem níveis inquietantes.

(2) A curva do crescimento demográfico brasileiro tem pouco mais de 80 anos, isto é, de 1872 a 1950, a população nacional recebeu um incremento de cerca de 40 milhões de almas. De 1940 a 1950 esse aumento atingiu a 11 milhões. A curva demográfica mostra que o ritmo de crescimento que era de 5 milhões em cada dez anos, a partir de 1940 ultrapassou o seu próprio dôbro, atingindo a 11 milhões. Esse fato permite prever que em 1965 atingiremos a 76,3 milhões;

um caráter de Nação híbrida, como de resto acontece a tóidas as regiões e áreas subdesenvolvidas. A tarefa é assim dupla: trazer para estágios superiores de vida populações condenadas ao mais obscuro primitivismo, e dar àquelas populações já integradas em estágios industriais a participação na renda nacional ditada pelos imperativos da justiça e da equidade sociais. Tarefa dupla e urgente: no mundo de hoje em que todos os povos subdesenvolvidos estão empenhados numa tarefa contra o tempo, nemhuma solução que não compre efeitos rápidos, pode ser admitida porque, como dizia com bem humorada sabedoria britânica Lorde Keynes, "a longo prazo todos estaremos mortos".

A viabilidade dessas soluções rápidas é um dos fatos mais empolgantes dos países socialistas, fatos comprovados na forma repetidas vêzes verificada, pela qual elas cumprem seus planos econômicos muito antes dos prazos prefixados.

Este é um problema básico, porque é o problema dos destinos humanos presentes: os das gerações que não podem participar na construção da vida social apenas com a sua cota de sacrifícios.

Não se trata de ser generoso, mas de ser justo. Generosidade e justiça que sem deixarem de ser imparitivo categoríco da consciência humana, lei ética de cada homem — a forma kanteana: a lei moral dentro de nós, o céu estrelado sobre nós — sejam primordialmente secreção natural de uma sociedade organizada, decentemente, de um Estado concebido para servir ao homem livre na sociedade livre — o homem livre do temor económico, tanto quanto do temor político; o homem que tenha a serviço de sua alegria, de sua paz, de sua segurança e de sua felicidade tanto as forças da natureza quanto as fôrças sociais, ambas dominadas pelo poder precursor de seu espírito, empregado na illi-

mitada tarefa de penetrar os mistérios da personalidade humana e os mistérios do Universo, para com a reveladora posse de ambos, incorporada à sua experiência cotidiana, embelizar incessantemente a face da terra, fundada nos valores permanentes da fraternidade, do trabalho e da cultura.

O destino da Revolução Brasileira está vinculado ao mundo novo que nasce em tôdas as áreas antes empobrecedas da comunhão internacional, mundo que surge para substituir uma sociedade que irradiava a miséria, a fome, a insegurança, a prostituição, a servidão e a morte. Uma sociedade em guerra civil consigo mesma, fundada na guerra de todos contra todos, cidade dos não-homens, em cujas portas rondava o espectro da mais cruel das insanidades: a loucura moral, a dureza de coração.

ESTA É A SUA REVOLUÇÃO!

— Sabe quantos brasileiros inocentes morrem por dia, todos os dias do ano?

— Sabe que palavras, promessas e demagogia eleitoral não resolvem?

Pois está na hora de você tomar posição.

Leia e divulgue este livro de fundamental importância para o brasileiro que deseja ser livre em seu próprio país.